



Anais da Assembléia

Nº 132

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 23 DE OUTUBRO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 194ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 1975

QUINTA — FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Jurandir Messias e Leopoldo Jacomel.

Às quatorze horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveria, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Quielse Crisóstomo (50); achando-se ausentes os Senhores Deputados Mauricio Fruet, Accioly Neto, Ernesto Dal'Oglio e Nelson Buffara (4).

Verificada a existência de número legal o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há expediente a ser lido

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.68/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n. 126/74, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Bela Vista do Paraíso, objetivando a execução de melhorias no prédio onde funciona a Delegacia de Cadeia Pública do referido município. Parecer favorável da C.C.J.— APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 195ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 1975

QUINTA — FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Basílio Zanusso e Rosário Pitelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes

Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Quielse Crisóstomo (50); achando-se ausentes os Srs. Deputados Mauricio Fruet, Accioly Neto, Ernesto Dal'Oglio e Nelson Buffara (4).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O'

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deis, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob o n.010/75 do Sr. Presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, Engenheiro Arquiteto ARMANDO DE OLIVEIRA STRAMBI, no qual comunica ter sido suspenso do exercício profissional, pelo prazo de seis meses o Engenheiro Civil JOTO ÂNGELO CARON.—

Ao conhecimento da Casa.—

Sob o n.1039/75 do Sr. TÚLIO VARGAS, Secretário de Estado da Justiça, no qual comunica que o Senhor AFFONSO CELSO BRAGA, será o responsável pelo relacionameto entre essa Secretaria e este Poder Legislativo.—

Ao conhecimento da Casa.—

A ONU, convida para as comemorações alusivas aos seus 30 anos. A figura central será o Senhor ANTONIO MUINÛ, Chefe da Representação da ONU no Brasil.

A palestra será no Auditório da Associação Comercial do Paraná à Rua 15 de novembro, 661 - nono andar, às 20,30 horas do dia 23 do mês em curso.

Ao conhecimento da Casa.—

REQUERIMENTOS:—

de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 147/75.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa após ouvido o plenário, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. SALOMÃO FARIAS DE SOUZA, ocorrido em Manguieirinha.

Pessoa radicada naquela cidade, exerceu atividade de comerciante por muitos anos, e membro de tradicional família, deixa no seu falecimento uma lacuna difícil de ser preenchida no rol daqueles que ajudaram no progresso, pela dedicação e trabalho.

Requer outrossim, seja a família entutada cientificada do teor deste requerimento.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1975.

a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, a inserção nos Anais desta Assembléia Legislativa, de voto de louvor ao 1º Tenente da Polícia Militar, Jaime Correia de Lima, que na madrugada de 03 de setembro do corrente, no desempenho de suas funções, de Delegado de Polícia de Mariluz, em invulgar ato de bravura, arriscou sua própria vida para interceptar cinco assaltantes de alta periculosidade, na defesa da segurança de pessoas e bens patrimoniais ameaçados.

A exemplar conduta do delegado, que ficou ferido em um dos braços, mereceu especial destaque na imprensa e reconhecimento por voto unanimemente aprovado pela Câmara Municipal de Mariluz.

Não menos relevantes também foram os serviços prestados à comunidade, pela polícia de Cianorte, notadamente o delegado Milton Rubens Brito e o escrivão David Carvalho Paris, que foram alvo de inúmeros tiros quando deram voz de prisão aos marginais, como foi amplamente divulgado.

Requer ainda, se aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa ao Secretário de Segurança Pública do Estado Gal. Alcindo Pereira Gonçalves e ao 1º Tenente da Polícia Militar Jaime Correia de Lima, atualmente exercendo as funções de Delegado de Polícia em Borrazópolis.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1975.

a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, requer, ouvido o plenário, se inscreva na ata dos trabalhos desta Casa, sessão de hoje, um voto de congratulações e regozijo pelo transcurso do Dia do Aviador, comemorado em data de hoje, em todo o território nacional, quando se evoca igualmente, a figura impar de Santos Dumont, Pai da Aviação.

Outrossim, requer se comunique a decisão do plenário, uma vez aprovado o presente, ao Comandante da Escola de Oficiais Especialistas e Guarda — EOEG, desta Capital.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1975.

a) ROSÁRIO PITELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e com o respaldo do plenário, requer seja enviado à Câmara Municipal de Curitiba, um veemente apelo para que seja preservada a chamada "Semana Inglesa", dos empregados no comércio de Curitiba.

A conquista do sábado livre na sua parte vespertina constitui que algumas firmas estão querendo que seja abolida. Como

a medida é de alçada municipal, apelamos que não cometa tal injustiça para com essa classe laboriosa.

Requer, outrossim, que da deliberação desta Casa seja dada ciência ao Prefeito Municipal e ao Sindicato dos Empregados no Comércio de Curitiba.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1975.

a) LEOPOLDO JACOMEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Liderança do MDB nesta Casa, indica para compor a Comissão Especial para estudar a situação do IAM os Srs. Deputados Nilso Sguarezi e Fidelcino Tolentino.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1975.

a) MUGGIATI FILHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, se oficie ao Sr. Esperidião Feres, Presidente da Federação Paranaense de Futebol, agradecendo em nome desta Casa, e, particularmente, no dos Srs. Deputados, a comunicação feita pelo ofício nº 2033/75 daquela Federação, onde torna livre o acesso dos membros desta Assembléia em praças de esportes do Paraná.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, e com o respaldo do plenário, requer seja endereçado apelo ao Sr. Governador, no sentido de que seja asfaltado o trecho que liga o distrito de Sumaré, no município de Paranavaí à Rodovia do Café.

O mencionado trecho é de aproximadamente 800 metros e atende centenas de moradores. Um apelo neste sentido foi aprovado pro unanimidade, da Câmara de Vereadores do município de Paranavaí, atendendo um abaixo-assinado dos moradores daquele distrito.

Justifica-se plenamente o nosso apelo porque trata-se de uma localidade próspera e densamente povoada. Por outro lado em época de chuvas aquele pequeno trecho obstaculiza o tráfego, dificultando o escoamento de produtos do Distrito.

Anexamos ao presente o abaixo-assinado dos moradores de Sumaré, juntamente com o ofício da Câmara de Vereadores para que chegue às mãos do Sr. Governador, juntamente com esse nosso apelo.

O signatário do presente requer que da deliberação desta Casa seja dada ciência à Câmara de Vereadores de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1975.

a) WILSON FORTES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno, requer ouvido o plenário, seja dirigido ao homem paranaense o seguinte apelo:

"O estabelecido no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) é de que o País precisa defender sistemática e programaticamente o seu patrimônio de recursos naturais, cuja preservação faz parte do desenvolvimento.

O homem toma decisões sem dimensionar todos os efeitos que elas possam ter. Todos os seres vivos podem perigosamente ser contaminados se a depredação irracional e envenenadora continuar na progressão atual. É estupefaciente a recente declaração do ecólogo Jacques Cousteau, que, de Paris, denuncia que o oceano vai morrer em 50 anos. E não seria só o mar a estar morrendo, mas toda a biosfera terrestre — ameaçada pela ação negativa do homem.

Notícias contristadoras nos chegam de todo canto. No Estado do Mato Grosso, numa área de 3.000 hectares, 120 veados foram exterminados em menos de seis meses; aqui no Paraná o Professor Bigarella nos fala dos deslizamentos na Serra do Mar; em São Paulo, na Universidade, o Professor Tommazi garante que a poluição não pode ser mais vista como fenômeno para estudos locais ou regionais. Tudo tem de ser encarado de uma forma global: "Até a poluição levada pelo vento prejudica o equilíbrio ecológico", diz o professor, "Áreas mais férteis do Atlântico brasileiro estão sendo afetadas pelos detritos jogados ao mar". Não basta só estudar — prossegue o professor, "o mar Báltico vem sendo analisado há mais de 50 anos e é hoje uma grande cloaca".

O IBDF esclarece que 1500 árvores são derrubadas por dia na micro-região de Curitiba.

Para nós, no Paraná, o essencial é criar uma consciência coletiva de que algumas afirmações que vem sendo feitas constantemente sobre nosso território são mitos — até certo ponto. Assim a de que o Estado é muito rico e seria o celeiro do Brasil. Resta saber até onde ele é rico e por quanto tempo o continuará sendo, pois é rico em porcentagem da sua área total. Outra diz respeito ao reflorestamento levado a efeito atualmente em nosso Estado e que supriria o desequilíbrio ecológico. E assim por diante. Não somos técnicos no assunto mas observamos que em reflorestamento de eucaliptos nem cobra chega perto, e os de pinus são claramente evitados pelos pássaros. Não seriam esses talvez o indício de desequilíbrio ecológico em andamento?

No campo, na cidade, em toda a parte a capacidade de equilíbrio ecológico vem sendo posto à prova.

É verdade que o solo tenha certo limite natural de regenerar seu ambiente, mas se até o clima da terra está mudando em razão da depredação, o alerta deve ser geral.

Há que se transformar a mentalidade do homem-tecnológico como a do homem-clorofila, pois embora em muitos aspectos sejamos animais, em muitos outros não o somos. E o animal não desequilibra o processo ecológico. Pelo contrário. Seria inacreditável que a razão humana estivesse chegando a um tal ponto alucinatório de cegueira e imprevidência que se quisesse destruir num procedimento auto-fágico. Os índios parecem sinistros. Destruir a natureza impensadamente é destruir a nós mesmos. Inútil é querermos bloquear o fato de que dela somos parte.

É necessário recomeçarmos a proteger os animais e as plantas que consumimos há dez mil anos, quando deixamos de ser caçadores para cultivarmos a terra — e não continuarmos extinguindo-os incessantemente sem a reposição adequada.

Demos um basta no crescente processo de desequilíbrio do solo e os seus frutos. O mar e sua fauna. O ar e a nossa saúde.

Conscientizemos e desmistifiquemos se é que queiramos a permanência do patrimônio insubstituível de todos nós — os recursos naturais, fundamentais à permanência saudável do homem como ser humano.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1975.

a) PAULO CAMARGO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente sunscribe, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvir o plenário, se registre em ata

dos trabalhos de hoje um voto de congratulações ao Sr. Jornalista JÚLIO MESQUITA NETO, pelo magnífico desempenho na presidência da Associação Interamericana, reunião do WALDOF ASTORIA, há 25 anos atrás: a causa de qualquer jornal do grande americano na luta de sobreviver na independência, precisa ser a própria causa na Imprensa nesta parte do globo contato indissolúvel da imprensa livre, a Democracia.

Se a vitória está hoje, digo, longe de ser completa, no Brasil como nas Américas, cabe tanto mais valorizá-la para que se reproduza em níveis e escalas diversas, a estratégia aprendida.

Faça aí a resposta aos que indagam sobre o sentido e a força do SIF sobretudo para a boa parte do Continente que até hoje só pôde conhecer boa parte, siga, hiatos de liberdade e de Democracia numa tradição arraigada de autocracia e arbitrariedade do AII.

Para todos nós, de tudo o que foi feito neste ano pelo presidente do SII, seja gratificação e paga suficiente, o tê-lo conseguido fazer.

Requeiro outrossim, que se dê conhecimento deste ao Sr. Júlio de Mesquita Filho, e ao Jornal "O Estado de São Paulo", o qual comemora o seu centenário de informações ao povo brasileiro, em um exemplo digno da honesta e leal Imprensa Nacional

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente sunscribe, no uso de suas atribuições, requer ouvido o plenário, que: 1 — Seja enviado ofício ao Ministro da Fazenda, Mário Simonsen, solicitando àquela autoridade imediatas providências junto às redes bancárias, no sentido de que as mesmas se instruem competentemente no tocante aos processos para financiamentos de adubos e corretivos para a agricultura, notadamente para os cafeicultores; 2 — Seja enviado ofício ao Diretor Regional do IBC (Curitiba), encarecendo junto ao mesmo a necessidade de ampliar o quadro de técnicos da agência do município de Loanda, para melhor atendimento à região e que a medida exigida para liberação de laudo técnico necessário à obtenção de financiamento bancário para aquisição de adubos e corretivos seja adaptada às reais necessidades.

JUSTIFICATIVAS:

Já condenamos por vezes diversas e continuaremos a denunciar o que nos parecer contraditório e nocivo aos justos e reais interesses da gente paranaense; aplaudimos e aplaudi remos as medidas dos órgãos aos quais recorremos quando sintetizamos como equacionadoras dos problemas da gente que nesta Casa representamos.

Há dias passados, requeremos nesta Casa o envio de expediente à direção regional do IBC, solicitando providências junto ao armazém sediado em Loanda cujos responsáveis só possibilitavam o financiamento bancário necessário para a deceptação dos cafezais geados, se a operação fosse efetuada com o uso de moto-serras. Tomamos conhecimento nestes últimos dias, que essa absurda exigência fora extinguida, cumprindo a nós agora, o que fazemos com satisfação, registrar nossos agradecimentos e reconhecimento aos responsáveis pelo IBC em Loanda, pelo atendimento à nossa reivindicação, o que veio tranquilizar os pequenos cafeicultores daquela vasta região do Noroeste do Estado.

Entretanto, levamos agora ao conhecimento da presidência a qual pleiteamos o envio de novo expediente à mesma direção regional do IBC — Curitiba —, informando-a de que o IBC-Loanda, dispõe de apenas um engenheiro agrônomo para atender a vasta área compreendida pelos municípios de Loanda, Santa

Izabel do Ivaí, Santa Cruz do Monte Castelo, Querência do Norte, Planaltina do Paraná,

São Pedro do Paraná e Porto Rico, o que torna incapaz de um cumprimento racional e efetivo de sua missão.

Por outro lado, leve-se ao conhecimento também do órgão ao qual ora nos dirigimos, informando-o que é geral a grita dos agricultores contra a sistemática imposta por aquela agência que só fornece o laudo técnico exigido pelos bancos para financiamento aos lavradores para aquisição de adubos e corretivos, quando os mesmos se obrigarem a apenas três aplicações de trinta gramas de sulfato de amônio, medida considerada tecnicamente inútil pelos homens da lavoura, pois o ideal deve superar as quinhentas gramas, devendo ser levada em alat conta e consideração que o café a ser adubado é adulto, tendo sido apenas decepada.

Tal situação cria um prejudicial impasse. Os lavradores não concordam com tal sistemática. O agrônomo responsável pelo fornecimento do laudo técnico nega a fornecê-lo e os bancos permanecem inativos, desinstruídos que se encontram até agora, esperando normas que regulamentem o "modus operandi" para financiamentos.

Desconhece-se ainda a fixação dos prazos para amortização dos empréstimos o que aumenta a gravidade da situação.

Enfatizamos então, a necessidade de solução urgente para esses problemas, dada a morosidade das operações bancárias e o drama que vive os cafeicultores, vendo passar o tempo ideal para aplicação de adubos e corretivos, já que a época para esse mister teve início em setembro, devendo ir até março vindouro.

Em resumo, solicitamos que a Regional do IBC reestude as exigências impostas para financiamentos para aquisição de adubos e corretivos e que o Ministério da Fazenda instrua imediatamente às redes bancárias quanto aos assuntos relativos a empréstimos o que é realmente importante, já que os agricultores desconhecem, pois os bancos não possuem condições para informá-los sobre os prazos a serem estipulados para amortização dos mesmos.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 153/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao DER os encargos de conservação e melhoria do trecho de estrada que sai do município de Guaraniaçu, passa por Santa Luzia e segue até Altamira, município de Palmital.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de outubro, de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma estrada que se encontra em estado precário e crítico, tornando-se intransitável em épocas chuvosas, sobretudo pelos aspectos accidentais do solo dessa região.

A necessidade de que seja promovido o alargamento, melhoria e conservação dessa rodovia, como já ponderamos em requerimento endereçado ao Sr. Secretário dos Transportes, é urgente, pois trata-se de região essencialmente agrícola e que depende de estradas em condições ao menos razoáveis, para o escoamento das safras de vários municípios que poderão se beneficiar com tal via de acesso.

A referida estrada vem sendo mantida pelos municípios

que por ela são interligados, e principalmente, por Guaraniaçu, da qual se serve toda a população regional do Vale do Piquiri.

Passando o encargo de conservação do DER, o Estado estará beneficiando igualmente, além do distrito de Altamira, situado no Oeste de Palmital, mais os municípios vizinhos de Roncador, Nova Cantu e Campina da Lagoa, cujo escoamento de seus produtos é feito através das rodovias de Campo Mourão ou de Pitanga, representando considerável acréscimo de quilometragem em relação ao percurso normal a ser percorrido.

Enfim, permitindo-se a melhor conservação da estrada Guaraniaçu - Altamira, e procedendo-se os melhoramentos que se fazem necessários, reduzir-se a distância daquela região ao Porto de Paranaguá, e, como consequência, natural, advirão benefícios de grande monta e real economia para o Estado.

Dada a impossibilidade do atendimento imediato solicitado nesse mesmo sentido à Secretaria dos Transportes, através de requerimento, conforme noticiou pelo ofício 423/75, do titular daquela Pasta, endereçado a esta Casa, acreditamos que a justa e reiterada reivindicação da população daquela progressista zona agro-pecuária.

Ademais, a decantada estrada que o governo anunciou pretender levar à construção em setor leste de Palmital, ligando estes municípios a outros e demandando a Guarapuava, virá também ser alimentada alternativamente pelos usuários carentes desta pretendida rodovia. Daí acreditar-se que, pelo seu caráter de prioridade, a administração estadual, após deliberação deste plenário, acolherá este plano de lei para determinar as necessárias providências.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jurandir Messias, primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta Assembléia, na tarde de ontem, foi apanhada de surpresa quando do pronunciamento do eminente Deputado do partido da Oposição, Nilso Sguarezi, quando S. Exa. teceu inúmeras críticas ao Governo Federal, referindo-se, especificamente, aos contratos de risco, que, por certo, deverão ser assinados pela Petrobrás, e pelo Governo brasileiro.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com todo o respeito e admiração que nos merece o eminente Deputado Nilso Sguarezi, Deputado brilhante, Deputado ilustre, que nos tem servido e continuará servindo de exemplo, porque muito temos que aprender com S. Exa., temos de discordar de S. Exa. aquele ilustre Deputado quando das críticas que fez com referência a esses contratos, mostrou, ao povo do Paraná e ao povo brasileiro, o lado pior dos contratos de risco. Esqueceu S. Exa., ao fazer aquele brilhante pronunciamento, de fazer o povo paranaense, o povo brasileiro, ver o lado bom desses contratos. Mas, hoje, quando da entrevista, no Canal 4, no programa do Dr. Cândido Martins de Oliveira, o brilhante Deputado federal, Alípio Ayres de Carvalho, foi feliz e trouxe a nós, paranaenses, a nós Deputados, o outro lado dos contratos de risco. E aquele Parlamentar que tão bem nos representa em Brasília disse na sua entrevista que o Brasil, que a Petrobrás não arrisca nada — aproveitando o nome dos contratos — mas quem corre o risco são as companhias, aquelas empresas que, por certo, deverão explorar nosso petróleo. Porque V. Exas. e principalmente o eminente Deputado Nilso Sguarezi, não poderão jamais afirmar que o sub-solo do Brasil, que o território brasileiro está coberto de petróleo, senão após essa exploração que irá nos demonstrar que realmente existe petróleo no solo brasileiro.

Dizia mais o eminente Deputado Alípio Ayres de Carvalho que possivelmente nos anos de mil e novecentos terminará, por certo o petróleo do mundo, e que os maquinários a serem empregados para exploração do petróleo, jamais uma Nação teria condições de adquirir, em virtude de seu preço demasiadamente caro.

Então queria, aproveitando a oportunidade, parabenizar-me com o ilustre Deputado Alípio Ayres de Carvalho e deixar aqui nosso voto de confiança, nosso voto de esperança e principalmente aos Srs. paranaenses que confiam e que acreditam no eminente Presidente Ernesto Geisel, porque os Srs. tenham certeza, como eu tenho, que S. Exa. inteligente como é, procurará por certo, ao assinar com essa empresa, ou com essa firma estrangeira, o contrato de risco, o fará sempre trazendo para nós os melhores proveitos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antecipadamente, queríamos abrir mão de nossa inscrição para o Grande Expediente, de vez que o que deveremos discutir o faremos por ocasião da discussão do Projeto de Lei nº 92/75. Mas queríamos agora, no Pequeno Expediente, registrar um fato muito lamentável e entristecedor, senão para a educação, senão para o ensino em todo o Estado do Paraná, pelo menos para a educação e ensino na cidade de Londrina.

Por muitas e muitas vezes, companheiros de nossa bancada, aqui desta mesma tribuna, denunciaram, sob a alegativa não muito convicta de Deputados da outra bancada, sobre a influência, a ingerência, a prepotência, a ineficiência, a indecência da interferência política na administração estadual ou no ensino público deste Estado.

Houve, e acabou de haver de forma aberrante, na cidade de Londrina.

Há, ali, Sr. Presidente, uma senhora que é uma das primeiras professoras da cidade, estimada, querida de todos, tanto que é cidadã honorária de Londrina.

Desde 1963 exercia o cargo de Inspectora Regional de Ensino e aposentou-se em 1971. Digna, honrada e querida, todas às vezes que mudava o Governo, todas às vezes, se mudava o Secretário de Educação, foi sempre a primeira a colocar o seu cargo à disposição. Mas, porque a comunidade exigia, porque ela era eficiente e capaz, todos pediam que ela continuasse. E ela continuava até com sacrifício pessoal, já em avançada idade. Mas, continuava porque era técnica, era capacitada, era estimada, era querida e ainda é.

Eis que de uns tempos para cá começou-se a comentar na cidade de Londrina, que alguém pretendia fazer valer a sua importância e a sua força política. E achou, talvez, que para superar sua pequenez intelectual, para superar, talvez, sua estreiteza mental precisava impor seu valor e a sua força fazendo demissões ou admissões. E concluiu por conseguir a demissão da professora Mercedes Martins Madureira, uma das primeiras professoras da cidade de Londrina, uma das mais eficientes técnicas em administração neste Estado. Conseguiu por obter a sua demissão.

Diz o jornal "Folha de Londrina" de hoje o seguinte:

"A Professora Mercedes Martins Madureira, titular da 18ª Inspeção Regional de Ensino, acaba de pedir o seu afastamento em ofício endereçado à Secretaria de Educação, de acordo com a instrução que ela recebeu do Sr. Ermelino de Leão, Assessor Parlamentar do Secretário Francisco Borsari Neto.

Aposentada desde 1971, a Professora Mercedes Martins foi Inspectora de Ensino em Londrina desde 1963, ocasião em que atendeu convite do Secretário Jacundino Furtado, em 1971 ela continuou no cargo a pedido do Secretário Haroldo Carvalhido. Em 1973 pediu o seu afastamento, mas o Secretário Cândido Manoel de Oliveira pediu que ela continuasse.

Dona Mercedes prestou serviços à educação em Londrina há mais de quarenta anos". Acho que já demos nossa colaboração para a educação do Estado, disse ela".

Mas ela não queria sair, não queria sair agora porque pretendia entregar o seu cargo e a sua função com a casa arrumada.

E preparava extenso relatório sobre as suas atividades para entregar a função, agora no fim do ano. Mas, eles não souberam esperar porque tinham que atender, talvez, seus apaniguados e os seus apadrinhados.

Comenta-se agora que se pretende pôr naquele lugar alguém que obedeça os interesses e a vontade política dos prepotentes e dos pequenos intelectualmente. Pretende-se que vá para aquela função um Professor que já detém cargo na Faculdade de Filosofia, em Londrina, e é Professor de Geografia, também leciona em Jandaia, também dirige um Ginásio e pretende-se que ele venha acumular o cargo de Inspeção Regional de Ensino. Ele não é pedagogo, não é técnico em administração. E o Conselho Federal de Educação exige que seja pedagogo, que seja técnico em administração. A Secretaria de Educação também assim exige. Eu, então, fico me perguntando se o ensino do Paraná continuará sendo maltratado ou vilipendiado por pessoas que não tem a mínima capacidade para indicar ou conhecer os seus iguais, comunitários cidadãos capacitados na comunidade.

Queria aqui transmitir todo o pesar da população de Londrina, da comunidade de Londrina por esse ato. Quero dizer que não falo só por mim, mas falo por todo o meu MDB se assim permitir a minha bancada. Queria registrar as minhas homenagens à Professora Mercedes Martins Madureira, eficiente e que merece o respeito do Paraná, o respeito de todos os técnicos e de todos os professores deste Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr Deputado Luiz Carlos Zuk, terceiro orador inscrito.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem, aberta pelo Sr. Governador do Estado de São Paulo, Dr. Paulo Egídio, foi inaugurada a 31ª Reunião anual da Associação Interamericana da Imprensa das Américas.

Tinha esta Associação até o dia de ontem, na sua Presidência, o ilustre brasileiro, exemplo a esta terra, a esta juventude e a esta gente, da legítima imprensa livre de todo o território, Dr. Júlio de Mesquita Neto, homem que se voltou durante toda a sua estada na Presidência desta Associação, para fazer com que os Governos, inclusive o brasileiro, parassem com o cerceamento da imprensa nacional e à imprensa desta Associação por parte dos Governos de outros países.

Quando entrega este ilustre Presidente, a Presidência desta Associação, não poderíamos, neste rincão brasileiro que é o Paraná, deixar de reconhecer de que aquela pessoa, juntamente com o órgão de imprensa nacional que dirige, que é "O ESTADO DE SÃO PAULO", procurou sempre amparar as classes desamparadas da imprensa nacional.

Aqui neste Parlamento onde temos os órgãos credenciados à divulgação dos atos aqui realizados, também não poderíamos deixar de registrar que, nesta 31ª Reunião lá está a "GAZETA DO POVO", lá está "O ESTADO DO PARANÁ" e agora recentemente acatado naquela Associação, unanimemente, o "DIÁRIO POPULAR". É o Paraná presente na mais alta Associação Interamericana da Imprensa, órgão que congrega a si a responsabilidade de defender a esses homens que têm a responsabilidade de levar a imprensa através dos seus atos, na imprensa, à opinião pública do País, onde se situa este órgão e nós particularmente aqui no Brasil onde temos uma imprensa pela qual em diversas ocasiões, com o testemunho dos Srs. Deputados, foram cerceados, foram processados, foram ainda alijados do exercício livre da imprensa através dos fatos ocorridos neste território, e, quando por lá passou um brasileiro que teve além das suas funções, a coragem de demonstrar não só a este Governo brasileiro mas aos governos de outros países, que, ainda a imprensa é e continuará sendo o principal elo entre os governantes e o povo neste rincão que é o Brasil das Américas, queremos externar a este Presidente que ontem entregou o seu cargo, o reconhecimento de que, aqui no Paraná, nesta Casa onde iremos entrar com um

voto de louvor e congratulações a este jornalista, pela independência com que dirigiu a esta Associação, há o reconhecimento não nosso mas, da imprensa também do Paraná que através dele, Presidente, sempre, nos momentos difíceis teve o seu amparo, teve a sua assistência.

É nestes termos, Srs. Deputados, que encaminharemos à Mesa o presente voto de louvor fazendo com que nos Anais desta Casa fique registrado com o conhecimento dos Srs. Parlamentares.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni. quarto orador inscrito.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dois assuntos me trazem à tribuna. Na sessão de ontem um Sr. Deputado da briosa bancada emedebista nesta Casa assacou ao Governo do Estado uma denúncia que nos preocupou. Disse S. Exa. o Sr. Deputado Adalberto Daros que a EMOPAR poderia ser criada a exemplo de outras empresas no Paraná, contratar uma sobrinha do Governador que ganhando cerca de sete mil cruzeiros mensais e que nem sequer no Paraná mora. Palavras textuais de S. Exa.

A Liderança preocupada em esclarecer o fato, procurou Deputado Adalberto Daros que, respeitosamente, nos forneceu o nome da Sra. ou Srta. Ana Olívia Estudaret, que, segundo informações que detinha, estaria contratada pela empresa de Turismo do Estado e residia no Rio de Janeiro. Ontem mesmo a Liderança entrou em contato com o Sr. Diretor da PARANATUR.

Desmentiu o Diretor da Paranatur a veracidade da informação e solicitou, por meu intermédio, que se franqueasse a S. Exa. o Sr. Deputado a contabilidade daquela empresa para S. Exa. possa constatar que a informação que tinha, esta Sra. ou Srta. presta serviços a uma firma que no Rio de Janeiro atualmente, por força de um contrato de locação de serviços executa trabalho no Congresso que lá está se realizando mas, em momento algum, a PARANATUR contratou ou tem interesse de contratar, muito menos pela importância aqui registrada, porquanto o próprio Diretor da PARANATUR percebe oito mil cruzeiros mensais, nada mais. Esta era a informação que queria dar para o plenário tomasse conhecimento dela e não duvidasse jamais da austeridade deste Governo.

Desejava também, porque o plenário merece esclarecimentos, referir-me ao afastamento da eminente Professora Mercedes Martins Madureira, da 18ª Inspeção Regional de Londrina. Consequentemente, pela manhã, quando despachava com o Sr. Secretário de Educação e Cultura, tive oportunidade de verificar um protocolo datado de 1973 em que aquela eminente e capaz professora solicitava seu afastamento daquela inspeção regional e consultada telefonicamente se a disposição contida naquele expediente era ainda da vontade da ilustrada professora, ela confirmou por escrito o desejo de abandonar a 18ª Inspeção Regional e encaminhou expediente neste sentido ao Sr. Secretário de Educação e Cultura.

Quer me parecer que foi o eminente Deputado Osvaldo Macedo, nas suas críticas ao setor de Educação, um pouco injusto, porquanto o que se pretende é atender ao desejo da professora que durante tantos anos serviu com tanta dedicação o ensino no Paraná. Nunca houve pressão de espécie alguma para que a professora deixasse o cargo que sempre ocupou com tanta dignidade e que desempenha com tanto amor.

Eram os dois esclarecimentos que a liderança desejava fazer ao plenário, para que se faça justiça.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Encerrado o Pequeno Expediente, passa-se ao Grande Expediente.

Havendo declinado da palavra os Srs. Deputados inscritos Fidelcino Tolentino, Muggiati Filho, Luiz Carlos Zuk e não se encontrando presente o Deputado Mattos Leão, também inscrito,

concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A participação nossa na tribuna no dia de hoje é com o fim de ler um expediente que nos foi endereçado pela Federação dos Empregados do Comércio do Estado do Paraná, onde pedem o apoio dos Srs. Deputados.

Evidentemente que é matéria de exclusiva atribuição dos Srs. Vereadores de Curitiba, a feitura de uma lei que garanta aos comerciários de Curitiba continuarem com uma regalia que lhes foi concedida há mais de trinta anos, ou seja, o descanso semanal aos sábados ou a chamada semana inglesa, com serviço semanal de 44 horas.

Agora alguns comerciantes de Curitiba estão pressionando a Prefeitura Municipal de Curitiba para que o comércio volte a trabalhar normalmente aos sábados até às 18 horas ou 20 horas.

A Entidade representativa da classe dos comerciários do Estado do Paraná, em documento que está elaborando e, inclusive, em nota que fará divulgar nos órgãos de imprensa do Estado, dirá da sua apreensão com respeito a esta falta de consideração aos empregados no comércio do Estado.

Outro aspecto que preocupa também a classe dos comerciários do Paraná é que Curitiba sendo a Capital do Estado, deverá dar o exemplo para as demais cidades do interior. Essa classe, laboriosamente tudo vem fazendo para que o desenvolvimento econômico do Paraná no que se refere ao comércio, cresça dia a dia e as demais cidades do interior sigam o exemplo do comércio de Curitiba.

E nós vamos passar a ler então o ofício endereçado a nós. (Lê):

“Senhor Deputado.

Na qualidade de representante dos comerciários de Curitiba, a Direção desta entidade, apoiada pela Federação dos trabalhadores no Comércio do Estado do Paraná, juntamente com os trabalhadores no comércio conforme “Abaixo-assinado”, em anexo, vem, respeitosamente, a presença do eminente Deputado, solicitar seu valioso apoio e prestígio no sentido de diligenciar junto à Câmara de Vereadores e Prefeito Municipal, a fim de que seja aprovado e sancionado o Anteprojeto de Lei (anexo), que virá colocar termo, definitivamente, às irregularidades e abusos no comércio local.

Tradicionalmente, isto há mais de trinta anos, o comércio ~~lojista~~ funciona durante oito horas de 2ª a 6ª feira e aos sábados até às 12 horas, consequentemente, as 44 horas semanais, o que passou a ser USO E COSTUME em nossa cidade.

Agora, uma minoria de empresários, inescrupulosamente, tenta burlar essa conquista dos trabalhadores e sem nenhuma consideração ou respeito às convenções de ordem social ou religiosa, funciona acintosamente sábado à tarde, domingos e feriados.

Sentimos que estamos retrocedendo no tempo e contrariando o processo evolutivo, pois enquanto nos países mais desenvolvidos à medida que a tecnologia avança e a produção dos bens essenciais à vida supere os níveis de satisfação das necessidades humanas, acentua-se a tendência à redução da jornada de trabalho, valorizando por conseguinte, o homem; na nossa querida cidade tentam retroagir ao período histórico em que o Estado se mantinha afastado dos problemas do trabalho e os assalariados eram submetidos a extenuantes jornadas de 14 ou mais horas de serviço diário.

A situação é aflitiva. O empregado precisando conservar o emprego cede às pressões da empresa, entretanto, não poupa críticas à entidade de classe, ignorando que não temos competência legal para interferir-nos no mérito do horário comercial.

Ao tanto ouvir falar em HUMANIZAÇÃO DO TRABALHO em DIREITOS PESSOAIS DO HOMEM, em JUSTIÇA SOCIAL não consegue entender o trabalhador, o porque de ten-

tarem burlar o seu sagrado direito de passar o fim de semana descansando junto aos seus familiares.

Psicólogos e sociólogos preocupam-se diuturnamente com o problema do lazer. O ser humano não é uma máquina à disposição do Poder econômico e necessita de um descanso para refazer suas energias, a fim de poder retornar ao labor com vontade e disposição.

Assim, nobre Deputado, estamos certos e confiamos sobremaneira no bom senso e civismo de V. Exa. e demais autoridades constituídas, que colaborarão na solução mais humana e justa para o angustiante problema.

Na expectativa de seu integral apoio à nossa causa, aproveitamos o ensejo para reiterar os protestos de elevada estima e consideração."

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É muito comum, quando nós ouvimos aqueles que defendem um dia por semana ao trabalhador, para o descanso. E dizem eles, que este dia poderá ser sábado, domingo ou durante a semana.

Até seria lógico pensar que assim pudesse ser. Porém, hoje, estamos vivendo uma época em que assistimos pronunciamentos sobre o lazer, grupos de reflexão sobre o lazer, congressos sobre o lazer, mas lazer para quem?

Quem vai fazer lazer?

Estamos vendo a preocupação da Prefeitura Municipal de Curitiba, em diversas administrações, de construir áreas verdes, parques, locais onde a família possa, ao fim da semana, passar uma tarde agradável.

E perguntamos será assim tão divertido um comerciante, sozinho, passar um fim de semana no Parque Barigui, Barreirinha, ou outro parque de Curitiba?

A nossa intenção, na tarde de hoje, é atendendo solicitação de nossos amigos, trazer aos Deputados que convivem com os Vereadores de Curitiba, que solicitem a S. Exas. que aprove um projeto de lei que regulamente o funcionamento do comércio, em Curitiba.

Esse projeto proporá o seguinte: (Lê projeto).

"Sr. Presidente, Srs. Deputados, é este ante-projeto que a classe comercial de Curitiba solicita aos nobres Srs. Vereadores desta Capital, que aprove, a fim de que eles possam, com mais tranquilidade, gozar seu fim de semana.

E o importante é dizer que a quase maioria absoluta dos comerciantes de Curitiba, dos proprietários de lojas, têm eles o desejo de atender a classe comercial.

O SR. ADALBERTO DAROS — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Lázaro Dumont, escutei com atenção o que V. Exa. disse da tribuna, no que diz respeito ao problema do comércio de Curitiba.

E quero, como um dos Deputados que representa a Capital e por ter sido Vereador também da Capital, junto à bancada do meu Partido na Câmara Municipal, vou dialogar com os Srs. Vereadores do MDB, para que realmente essa medida solicitada e que V. Exa. traz nesta tarde, seja concretizada, para que realmente, aos domingos e feriados, aqueles que labutam durante toda semana, tenham o descanso realmente necessário para sua vida, para estar junto à sua família, pelo menos uma vez por semana.

O SR. LÁZARO DUMONT — Muito obrigado, nobre Deputado e nós sinceramente já esperávamos isso de V. Exa.

Outro aspecto, nobre Deputado, que convém dizer, também, mesmo nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, em que o comércio trabalha até às 18 horas, a classe trabalhadora que hoje é formada na maioria de jovens, moços e moças que desejam estudar e que se vêm até certo ponto privados desse desejo, pois uma loja que trabalha até às 18 horas, que feche suas portas às 18 horas, evidentemente que os comerciantes não saem às

18 em ponto e, mesmo que saíssem, não teriam condições de sair da loja onde trabalham, tomar o ônibus e ir a sua casa jantar e voltar novamente para estudar no centro da cidade. Então o que acontece, que o salário médio de um comerciante, chega de 650 a 700 mensais, quando um lanche qualquer, com menos de 10 a 12 cruzeiros não se faz mais. Multiplicado isso por mês, teríamos aproximadamente 50 por cento dos vencimentos de um comerciante, gasto somente em lanches da tarde, para que possa depois do serviço, permanecer no centro da cidade, estudar e voltar à noite para sua casa novamente.

Portanto, Sr. Presidente, encerrando nossas palavras confiamos definitivamente nos representantes do povo de Curitiba na Câmara Municipal. Ouvimos há pouco o Deputado Adalberto Daros quando deixou transparecer nas suas palavras que a bancada do MDB na Câmara apoia integralmente o pedido dos comerciantes de Curitiba, e, neste momento, como Deputado da ARENA, quero, desta tribuna, fazer um apelo todo especial aos Srs. Vereadores da ARENA, que apoiem esse projeto, dando essa satisfação à classe tão laboriosa dos comerciantes de Curitiba. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra. — (Declina).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezzi. (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fideleto Tolentino, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 92/75, de autoria do Poder Executivo, mensagem nº 28/75, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva construir, sob forma de empresa pública, a EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO PARANÁ — EMOPAR, vinculada à Secretaria de Estado da Administração e com destinação que especifica. Pareceres CONTRÁRIO da CCJ. e favoráveis da CF e COPTC., com SUBSTITUTIVO. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Em discussão.

O SR. OSVALDO MACEDO — (Para discutir). Sr. Presidente. Srs. Deputados.

Uma mensagem muito importante, enviada neste ano, a esta Casa pelo Sr. Governador do Estado, a que cria a Empresa de Obras Públicas, do Paraná, a EMOPAR, despertou, até agora, muita polêmica, muita contradição e muita divergência.

Deputados brilhantes, inteligentes, dando demonstração de seu alto saber jurídico, travaram uma polêmica em alto estilo, sobre a possibilidade, a constitucionalidade e a juridicidade da criação de empresas públicas unipessoais por parte dos Estados membros da Federação.

Realmente, tanto o parecer do Deputado Accioly Neto, como o parecer ou substitutivo elaborado pelo Deputado Luiz Roberto Soares e muito inteligentemente aproveitado pelo Deputado Alfredo Gulin, demonstram que, no aspecto jurídico, no debate acadêmico, na possibilidade da constitucionalidade, ou da juridicidade de criação de empresa pública, ambos não bastante eruditos em matéria de Direito.

O que me parece é que ninguém, até agora, discutiu o mérito. O que me parece é que ninguém, até agora, analisou devidamente a conveniência ou a possibilidade concreta da administração pública estadual constituir ou não uma empresa pública, com o objetivo de realizar obras, construções e reparos em prédios públicos.

E é este debate que queremos trazer nesta hora. Diz a mensagem, vou começar pela mensagem do Sr. Governador Jayme Canet:

"Que se encaminha mensagem aqui para esta Assembléia propondo a criação de uma empresa pública, denominada Empresa Pública de Obras Públicas do Paraná, EMOPAR, vinculada à Secretaria de Administração, destinada a planejar, a organizar, executar e a dirigir as atividades relacionadas com o projeto.

Reparos, ampliação, conservação e manutenção de prédios, obras e equipamentos de interesse público". Genérico.

E justifica a mensagem: "Que a medida consubstanciada virá dotar o Estado de novo órgão capaz de desenvolver e dinamizar as atividades no setor de obras Públicas dentro de modernos conceitos administrativos que não são fixados, conforme preconiza a lei 6636, de 29 de novembro de 1974, que fixa normas e dinamização administrativa do Paraná".

Que dinamização é esta que a EMOPAR poderia trazer não se diz, não se estabelece e não se preconiza. Como se pretende que uma empresa seja mais dinâmica, mais flexível do que a administração pública, se ela estará obrigada, já agora pelo substitutivo, a obedecer as obras de administração pública, e a prestar contas ao Tribunal de Contas como já o fazem todos os órgãos da administração direta. Que flexibilidade, que dinamização seria esta?

Diz mais: "Que com a criação desta empresa far-se-á outra destinação ao Departamento de Edificações e Obras Especiais, autarquia que será, nos termos da lei 6634, transformado em órgão de outra natureza".

Não diz se diz a natureza e nem se dá uma satisfação aos funcionários desse Departamento que estão a querer saber o que lhes acontecerá.

Diz mais: "Que apresentando-se, pois, a Empresa como instrumento prático para atender às necessidades crescentes do setor e do desenvolvimento constante do Estado, no campo das obras públicas".

Como se sem esta empresa não pudesse o Estado fazer as obras públicas, ou estaria impossibilitado, incapacitado, emperado para cumprir a obrigação que é realizar obras públicas e administrar os interesses públicos do Estado do Paraná. Se pretende criar uma empresa para construir, planejar e executar obras e reformar prédios públicos. Não seria de se perguntar, também, se para melhor maleabilidade, maior flexibilidade da administração estadual, não se devesse transformar o Departamento de Estradas de Rodagem também em empresa pública. Que se transforme tudo em empresa pública, que se decreta, de uma vez por todas como se pretende, a falência da administração pública estadual já que ela não tem mais sentido em razão da criação exagerada e com a proliferação de órgãos da administração indireta, ou autarquias, ou empresas de economia mista, ou agora através de uma empresa pública. Analisaremos da conveniência ou não desta empresa, da sua constitucionalidade ou não, mas, antes, fiquemos com a pretensão do projeto.

Vejo o projeto, ou a mensagem, como um anteprojeto de lei vago, genérico e impreciso pretendendo, no que parece, não apenas cuidar de Obras do Estado, não apenas cuidar de prédios públicos mais avançar na esfera da economia privada, tal a forma da redação do artigo 1.º:-

"Fica o Poder Executivo autorizado a constituir a forma de empresa pública, a Empresa de Obras do Paraná - EMOPAR -, vinculada à Secretaria do Estado da Administração, destinada a organizar, executar e dirigir as atividades relacionadas com o projeto, a construção, reparo, ampliação, conservação e manutenção de prédios, obras e equipamentos de interesse público."

Este artigo 1.º foi, em parte, alterado pelo Substitutivo do Deputado Luiz Roberto Soares que foi endossado pelo Deputado Alfredo Gulín, e, no Substitutivo este artigo 1.º passou a ter a nova redação:-

"Fica o Poder Executivo autorizado a constituir uma empresa pública sob a denominação de Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR - vinculada à Secretaria do Estado da Administração, destinada a planejar, organizar, promover e dirigir as atividades relacionadas com o projeto, construção, reparo, ampliação, conservação e manutenção de prédios públicos e seus equipamentos, assim como obras são atribuídas a outros órgãos da administração direta ou indireta (isto foi acrescentado pelo substitutivo) cuja atividade esteja empreendendo no âmbito do serviço de engenharia ou . . .".

Em parte até foi substancial o substitutivo. Alterou a mensagem original do Sr. Governador, esta mesma mensagem original não previa que as obras públicas fossem objetos de licitação, a mensagem original não previa nem impunha que as contas da EMOPAR fossem prestadas perante o Tribunal de Contas, e esta falha, esta imprecisão veio a ser corrigida, pelo substitutivo do Deputado Luiz Roberto Soares, que foi endossado pelo Deputado Alfredo Gulín.

Então a gente fica perguntando qual realmente a intenção do Governo, se, era criar empresa que não tinha necessidade de prestar contas, que não tinha necessidade de fazer concorrência, de fazer licitação, que tinha campo amplo e geral, ou, se pretendia executar exclusivamente as obras próprias do Estado, ou se pretendia também avançar e atingir até o interesse até da atividade econômica privada?

Não se sabe. . .

E o que se observa já foi muito bem observado ontem pelo Deputado Deni Schwartz, é que nem o Estado sabia o que queria.

Queria-se uma empresa para cuidar de obras públicas, de reparos de obras públicas, mas, precisa o Estado desta empresa?

É importante para o Estado do Paraná, que ele tenha uma empresa para realizar este serviço, se este serviço é inerente ao próprio Estado, é em função do próprio Estado que a realização destas obras existira?

Em termos de administração pública, este serviço, esta obra, e se se transfere para uma empresa está na verdade decretando a falência da administração pública estadual gerindo-a, julgando-a ineficiente como os declara a própria mensagem do Governador.

Acho que nós não podemos admitir, não podemos aceitar que se proclame que se ateste a falência da administração pública estadual mas tudo devemos fazer para recuperá-la e nós a recuperaremos à medida que a debateremos e que a repensemos, que passarmos a criar instrumento que provoquem espasmos até, Mas tem mais, e eu vou ler agora, para ver a opinião que o nobre Deputado Roberto Soares, que foi autor do alentado estudo sobre a matéria, que se ficou única e exclusivamente sobre a autoridade eu não dos Estados criarem empresa pública uni pessoal, então a se discutir de um lado se o Estado pode e se o Estado não pode quando não era esta a questão, e isto Caio Tácito já demonstrou e os autores demonstraram que o Estado pode criar empresa pública uni pessoal. Agora veremos quando pode criar e a forma e porque deve ser criada, mas isto o Deputado Roberto Soares no seu parecer, diz o seguinte:

"O anteprojeto governamental está redigido em boa forma jurídica, ou formal.

O SR. OSVALDO MACEDO - As palavras não são minhas, são do ilustrado deputado da Arena.

"É no mínimo estranhável". . .

Continua ele:

"que se remeta a esta Assembléia Legislativa mensagem em tais condições."

As palavras não são minhas mas do ilustrado e erudito deputado da Arena. Vagas, imprecisas, descuidadas, e omissas, redundantes, o ante-projeto está sem dúvida a merecer reparos. Realmente o projeto foi reparado.

Mas continua vago, impreciso, descuidado, omissos, redundante

e continua a não merecer aprovação, e, vamos dizer, porque a Lei n. 6636 que dispõe sobre a organização do Poder Executivo no sistema da administração pública do Estado do Paraná e dá outras providências, a tão famosa e famigerada lei da reforma administrativa que até hoje não foi efetivamente implantada, porque há pouco tempo se fez uma concorrência para tratar da sua implantação e a última hora a concorrência foi anulada e até hoje não se sabe se ela deve ser aperfeiçoada ou deve ser reformulada, ou deve permanecer como está. A verdade é que hoje é uma lei monstruosa, tanto que ela é condenada e veementemente condenada pelo ilustre e erudito Deputado Luiz Roberto Soares nos seguintes termos.

"Essa lei... diz o Deputado, "não posso deixar de registrar antes de concluir a completa imprestabilidade da Lei n. 6636 de 29 de novembro de 1974, que dispõe sobre a organização do Poder Executivo, no sistema de administração pública do Estado do Paraná. Essa lei que deveria conferir parâmetros seguros e precisos na configuração da administração indireta, revela-se de uma indigência melancólica. Diga-se porém, a favor da referida lei, que ela atinge às vezes momentos de sutil comucidade, obra prima de taltologia corajosamente preceitua que a administração indireta compreende serviços instituídos para limitar a expansão da administração direta, para limitar a expansão da administração direta... é o que diz a lei 6.636."

Que todos condenam, inclusive o ilustrado e erudito Deputado Luiz Roberto Soares, cujo parecer foi adotado e endossado pelo ilustre, eficiente e dócil Deputado Alfredo Gulin. Ao definir a empresa pública, contudo, desvanece-se o tom burlesco para inserir erro conceitual e jurídico. Por certo terá sido elaborado por um tecnocrata de plantão.

Este conceito da lei de Reforma Administrativa, não é meu, não é do MDB. É da ARENA, que é conivente quando endossa o parecer do ilustre deputado.

Se esta lei é condenada, é imprestável e até cômica, vem o Sr. Governador e fundamenta sua pretensão de obter a aprovação e constituição da EMOPAR, na lei 6.636, que a bancada da ARENA diz ser imprestável e até cômica. Que contradição é esta? O que se pretende fazer neste Estado se a administração pública não sabe o que quer? Se por um ato cria uma lei, que não é lei, que é um arremedo de projeto de lei, que merece reparos, que é reparada pela bancada da ARENA que passa a endossar o parecer do novo substitutivo que ao mesmo tempo se contradiz, se confronta e se conflita com a lei que o Estado criou e que nela se fundamenta para este projeto.

Ficamos sabendo que o Estado não sabe onde quer ir ou a administração não sabe o que quer e não pode, por isso mesmo, conseguir o aval da Assembléia Legislativa do Paraná.

Porque, Sr. Presidente, começa o projeto da mensagem mandada para esta Assembléia por dizer que o capital da EMOPAR será de 25 milhões de cruzeiros e desde logo se propõe à abertura de um crédito dito especial no Orçamento do Estado, de 5 milhões de cruzeiros para atender despesas de implantação e manutenção das atividades da empresa.

E de que viverá a EMOPAR? De onde virão seus recursos se não do próprio Estado e do Orçamento? O Estado tira dinheiro de seus próprios recursos para uma empresa realizar obras que são inerentes ao próprio Estado, que é a realização de obras públicas.

Pretende-se - e aqui está o projeto original - que constitua receita da EMOPAR: "Taxas de serviços e outras estabelecidas nos contratos que firmar." Esta aberração foi retirada no substitutivo.

"Os juros, dividendos e outras rendas resultantes da exploração de seu capital e/ou do seu trabalho. Isto, em parte, foi mantido pelo substitutivo.

"Receitas de prestação de serviços; as dotações orçamentárias; empréstimos, auxílios, contribuições e subvenções; doa-

ções, legados e rendimentos provenientes de outras fontes; produto de venda de material inservível; as operações de crédito que realizar, por antecipação das receitas previstas em lei."

O substitutivo do nobre Deputado Alfredo Gulin altera apenas em parte esta previsão ou esta determinação da mensagem original, quando diz que "constitui receita da EMOPAR a remuneração estabelecida nos contratos que firmar".

Fico a me perguntar: com quem firmará a EMOPAR contratos? Com quem firmará? Se é para realizar obras do Estado, com o dinheiro do Estado, com quem ela firmará? E cobrará por esses contratos? Então a EMOPAR representará um ônus para o Estado porque as obras serão encarecidas se o Estado pagar por uma empresa que precisará ser mantida por ele, que precisará pagar seus funcionários, seus diretores...

As obras públicas do Estado que serão executadas pela EMOPAR serão mais caras, mais onerosas ao próprio Estado. Então a Empresa não convém à Administração Pública Estadual. "Constituem receita da EMOPAR os juros, dividendos e outras rendas resultantes da exploração de seu capital".

Pergunto: onde a EMOPAR explorará seu capital? Cobrando juros, emprestando dinheiro a juros? Construindo firmas de venda de material de construção? Realizando obras para particulares? Não. Realizando obras para o Estado. Emprestando dinheiro para o Estado?

Não sei de onde pode vir juros do capital da EMOPAR.

"Receita e prestação de serviços" A quem prestará serviços a não ser para o Estado?

O Estado está constituindo uma empresa para prestar serviços que são inerentes ao próprio Estado, ele terá receita para isto, se toda verba virá de um fundo único e exclusivamente de verbas orçamentárias.

E tem mais. As dotações orçamentárias aí estão.

Isto sim, daí virão os recursos da EMOPAR. Empréstimos, auxílios, contribuições dificilmente, subvenções, empréstimos; dotações, admissível.

Produto de venda de material inservível, também é admissível.

Mas vejam os Srs. se é próprio do Estado uma organização de obras desta natureza, porque criar empresas para criar obras exclusivamente para o Estado, se esta empresa terá, como faz a administração pública estadual, já agora, que submeter-se às normas de licitação e à prestação de contas, perante o Tribunal. Tenho a impressão que não era isso o que se queria, porque quando se mandou a mensagem à esta Casa, não se falava em prestação de contas perante o Tribunal, não se falava na licitação, pretendia-se, na realidade, realizar obras públicas sem licitação e sem prestação de contas. Esta a impressão que se tinha. Discutiu-se muito aqui, como se constituir uma empresa pública unipessoal. Perfeito. Não há dúvida, a respeito, venceu, a mim me parece, o ilustre Deputado Luiz Roberto Soares. Mas quando se pode constituir empresa pública. E ontem foi suscitado pelo nobre e erudito Deputado Luiz Roberto Soares, o Professor Caio Tássio que teria proferido uma conferência no dia 13 de outubro no Tribunal de Contas, justamente sobre "Imagem e Presença da Empresa Pública". As palavras não serão minhas, serão de Caio Tássio, autor, e endossado pelo Deputado da ARENA, autor do substitutivo.

Diz Caio Tássio:

"De fato, se a SA permitir nos países europeus e nos Estados Unidos, a dinamização da iniciativa privada e o florescimento do capitalismo, a atividade administrativa do Estado chamado a intervir no domínio econômico, faz sentir a sua presença mediante entes personalizados que revestem a forma de direito aprovado, mas em verdade corresponde a um processo mais ou menos intenso, de estatização da economia".

Diz mais: - "Primeiramente, importa destacar que as empresas estatais se forem inicialmente, fruto exclusivo da ativi-

dade econômica federal, passaram progressivamente a penetrar na organização administrativa estadual, e mesmo municipal. Veja como assinalou Bilac Pinto "por influência do declínio das concessões do serviço público, seja sobretudo uma expressão da política de prover as carências essenciais da comunidade mediante prestação direta de serviço de teor econômico".

Então a empresa pública quando constituída, ela prestará serviço de teor econômico? ou a finalidade é econômica. Seria o caso da PETROBRÁS na exploração e distribuição do petróleo. Seria o caso da CMTS de São Paulo, no problema do transporte coletivo, ou seria o caso da TELEPAR explorando o serviço de telefonia. Quando se explora um serviço ou uma atividade de teor econômico, se a administração pública não tem condições de exercitar com a maleabilidade da empresa privada, porque esta atividade de teor econômico não me parece que a construção de obras públicas, ginásios, escolas, prédios sejam para o Estado, para uma administração estadual, uma atividade de teor econômico.

Não pode ser serviço público, não importa a denominação. o que importa é o resultado, o fim destas atividades.

O Estado não terá nenhum proveito econômico ou as obras serão executadas diretamente pela EMOPAR.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — V. Exa. permite um aparte?

O SR. OSVALDO MACEDO — Permitirei tantos apartes quantos me forem solicitados, desde que termine meu raciocínio.

Porque se é assim, se a construção de escolas é inerente a função do Estado, não seria o caso de transformarmos o DER numa empresa pública para construção e pavimentação de estradas?

Mas vejam, Srs. Deputados, tamanha contradição neste substitutivo, porisso pediria que esta Assembléia não aprovasse por amor ao Paraná. E se não, pelo menos por amor à inteligência e à forma. Mal feito, mal redigido.

Vejam os Srs. Deputados que o substitutivo de autoria do Deputado Alfredo Gulin ofende às normas elementares de legislação, quando ele enumerar os artigos com números ordinais, e continua, mesmo depois do 10º artigo, pondo o artigo 10, quando é regra de boa legislação que até o artigo 9º se use os números ordinais, depois os cardinais.

Muitas outras contradições existem.

Então, o que se pretendia, realmente, era limitar a administração direta, ou aperfeiçoar-se a ação executiva no desempenho de atividades de interesse público, de cunho econômico e social, usufruindo, para tanto, de independência funcional controlada, a saber: diz no inciso 2º: "empresas públicas, entidades de personalidade jurídica e de direito privado, autorizadas por lei e organizadas por estatutos, com patrimônio próprio, ou de aplicação de capital majoritário do Estado, para desempenho de atividade econômica e típica da administração pública, com fins licrativos, destinada à ampliação de capital de giro, constitui-se de reserva e reinvestimento.

Antes de concluir vou dizer o seguinte: quero que o Estado seja mais eficiente, mais eficaz, mais dinâmico, mais flexível e mais expedito na realização de obras públicas, mas acho que não adianta ficarmos fugindo, criando expedientes outros que não a solução da questão.

Vamos pensar de uma vez por todas na administração, mas vamos ver em conjunto e não achar soluções setoriais que podem amanhã ou depois vir confirmar que outras soluções, que a própria administração que não tem visão em conjunto, acaba encontrando.

Vem agora o recesso e por que não esta Assembléia e o Governo do Estado participarem de um seminário para discutir uma verdadeira reforma administrativa do Estado? É isso que proponho à ARENA e MDB e a esta Assembléia: não tomarmos atitudes precipitadas ao gosto de uns e de outros, que até podem estar mal informados e que amanhã ou depois se penitenciarão

do erro que estão cometendo, Vamos todos juntos colaborar, para que o Paraná tenha uma administração, não emperrada como tem, e confessou o líder da ARENA ontem desta tribuna, mas colaborando todos de espírito desarmado e não aprovando leis que não se sabe para que servem nem se tem tempo para discutir e apreciar devidamente.

Faço isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não em termos partidários, nem com rancor de quem quer que seja, pois tenho muito respeito pelos homens que estão no governo, pelo Governador e Secretários. Quero que eles acertem; até para infelicidade do MDB, gostaria que este governo acertasse na administração e fizesse boa administração para o Paraná. Faço isso como paranaense, como homem nascido neste Estado, para que o Paraná seja realmente progressista, com administração eficiente e honesta. Que todos nos reunamos para debater a questão administrativa do Paraná. Podem ter certeza de que desse debate surgirá a solução mais eficiente em favor da gente do Paraná do que aquelas que saem precipitadamente das Secretarias de Estado, como é exemplo esta mensagem que aqui veio.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Culto e inteligente Deputado Osvaldo Macedo, que reafirma mais uma vez da tribuna desta Casa a privilegiada inteligência de que é detentor.

V. Exa. homem afeito também à poesia, há de se lembrar da famosa passagem Shakespereana, assim resumida: "Palavras, palavras, palavras".

O SR. OSVALDO MACEDO — "Palavras, são palavras, nada mais que palavras", de Chico City.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Diria que é Shakespeare.

V. Exa. verbaliza no seu talento costumeiro, um problema realmente inquietante. Tive o cuidado, ou penso ter tido o cuidado ontem, na rápida explanação desta tribuna que fiz, de afirmar que a EMOPAR poderia ser enfocada através de duas perspectivas:

uma com relação ao mérito e outra com relação a jurisdição.

V. Exa. fez já uma apreciação, muito eloquente, com respeito ao mérito, a possibilidade, a oportunidade e a conveniência da criação de mais uma empresa pública.

Quando digo que V. Exa. verbaliza o problema em exame, quero me referir especialmente a um fato historicamente reconhecido, de que técnicas em descentralização administrativas são utilizadas em quase todos os países do mundo. É um fenômeno típico de nossa época que exige uma prestação rápida e eficiente no que diz respeito aos serviços públicos.

Tenho a impressão que uma empresa pública está atualmente mais habituada a desempenhar os serviços públicos com mais eficiência e eficácia do que, por exemplo, autarquias, embora ambas sejam antes da administração pública descentralizada.

Não sei, pois não disponho de pitoniza capaz de me assegurar-se a EMOPAR será ou não eficiente. Apenas entendo que a estruturação que ela dispõe habilita potencial e virtualmente a melhor desempenhar, do que se fora pela administração pública direta.

Mas, do que diz respeito ao substitutivo ora em exame, V. Exa. critica o art. 6º que inumeras as possibilidades de que se vale a EMOPAR para constituir a sua receita e diz que a remuneração estabelecidas nos contratos que se firmam, mais ainda os juros, dividendos, e, finalmente, as receitas de prestação de serviços, são contraditórios e inadequados porque, a rigor, o Estado estaria cobrando do próprio Estado."

Ocorre, nobre Deputado, que ou se constitui uma empresa pública e se dá a ela condições de funcionar, ou não se constitui uma empresa pública.

V. Exa. pode ter, até razão em seu argumento, Todavia, se não dispuser de tais mecanismos é evidente que ela está, ante-

cidadamente, pre-destinada a fracassar.

E quero dizer a V. Exa., sem pretender com isto fazer a apologia do atual Governador, de que ele assumiu o Governo com a Lei da Reforma já mencionada e vigente. Eu não quero com isto dizer que esta Lei deva prosperar - fosse eu Governador, tivesse poder decisório, já estaria cuidando da sua interia e completa reformulação. Mas realmente é de uma - para dizer no mínimo - de uma quase insanidade pretender que empresas públicas necessariamente tenham que ter fins lucrativos, como dispõe a Lei da Reforma Administrativa.

O SR. OSVALDO MACEDO - E a Constituição Federal?

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES - A Constituição Federal? O que tem a Constituição Federal, nobre Deputado? Eu não entendi o que V. Exa. quer dizer.

O SR. OSVALDO MACEDO - Eu lerei:

"Artigo 270 - Às empresas públicas compete preferencialmente, com o estímulo e o apoio do Estado, organizar e explorar as atividades econômicas; parágrafo 2º - Na exploração pelo Estado da atividade econômica, as empresas públicas e as sociedades de economia mista referem-se-ão pelas normas aplicáveis às empresas privadas, inclusive contra o direito do trabalho e o das obrigações . . .

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES - E isto, no seu entendimento, significa o que, nobre Deputado?

O SR. OSVALDO MACEDO - Significa que a constituição da empresa pública será apenas para prestação de serviço de teor econômico, quando o Estado não tendo recursos ou não tendo instrumento pela norma própria da administração pública, execução e realização de determinado serviço de teor ou obra de teor econômico, ele então para não ficar prejudicado dentro da iniciativa privada, socorre-se das normas próprias do direito privado, para as empresas privadas, para se organizarem em empresas.

O que eu não concordo, é a constituição de empresa pública para a realização de obras e serviços inerentes à própria função pública, à própria função do Estado, senão seria, como já disse, decretar-se a falência da administração pública, como um todo.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES - O texto de Cato Tácito em nenhum momento insinua de que as empresas públicas necessariamente sejam criadas para a exploração da atividade econômica.

O SR. OSVALDO MACEDO - O silêncio não significa concordância, porque, se há administração pública, não há necessidade, a obrigação da execução e a realização . . .

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES - V. Exa. desconhece um truismo em ciência, as empresas públicas são "Técnicas de descentralização", como são as sociedades de economia mista, as autarquias, tanto é verdade o que eu afirmei, que o Decreto 200 que implantou a reforma administrativa federal enuncia a descentralização, exatamente as empresas, as sociedades de economia mista e as autarquias, isto vale dizer, nobre Deputado, de que quando a empresa pública explora atividade econômica não explora na qualidade de ente da administração descentralizada e me parece que é uma obvecidade escandalosa.

O SR. OSVALDO MACEDO - V. Exa. terminou o aparte? Se não tem toda a liberdade de continuar.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES - Ainda, para encerrar, eu gostaria de ressaltar isso, que é fundamental, o Estado pode se valer de empresa pública ou para prestar serviços públicos ou para explorar atividade econômica quando a iniciativa privada não disponha de condição suficiente para participar de determinado mercado. Mas o que eu quero reafirmar é de que, realmente é uma estúpida insanidade a afirmativa da lei de reforma administrativa quando institui a lucratividade como uma das caracte-

rísticas da empresa pública e mais ainda diz prestação de atividade atípica, quando ao contrário é atividade típica e não atípica.

Como diz a lei.

O SR. OSVALDO MACEDO - Foi com base nesta lei estúpida que o Sr. Governador se baseou para mandar esta mensagem.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES - Apenas o seguinte. O Governo deve ter se inspirado na filosofia que pretendeu inspirar a reforma administrativa e não no texto formal, legal, na necessidade da descentralização que e de resto, um fenômeno universal e finalmente, nobre Deputado, para que eu não me alongue neste aparte que já estpa, por certo, se tornando cansativo, eu gostaria de ressaltar a minha responsabilidade de que o meu substitutivo enumera os ordinais e os cardinais corretamente. Obrigado pelo aparte.

O SR. OSVALDO MACEDO - Eu sei que logo depois de mim, aqui virá o Deputado Muggiati Filho, que poderá com maior brilhantismo e com maiores dados apontar as inconveniências e as razões pelas quais este projeto deve ser rejeitado no dia de hoje. E que o Governo não deixe nesta rejeição nenhuma ofensa pessoal. Mas, veja, o nosso interesse, o interesse do MDB. Veja o interesse da ARENA, veja o interesse desta Assembléia em contribuir para adotar e aperfeiçoar a administração pública estadual.

E eu sei que agora, depois deste debate, estarão também do nosso lado, apoiando a nossa tese, inclusive aquele brilhante deputado do MDB que por razões justas até então, se tinha posto em posição contrária à nossa.

Pelo Paraná e pela regionalização da administração estadual, rejeitemos este projeto no dia de hoje, e o façamos como uma homenagem ao Governador do Estado que deve estar bem munido de instrumentos suficientes para bem administrar a coisa pública do nosso Estado.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Para discutir concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Compareço também a esta tribuna para dar as razões do meu voto que na CCJ foi vencedor e que pelo que me parece, agora aqui, será vencido. Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, inicialmente, desejaria prestar uma homenagem ao eminente Deputado Luiz Roberto Soares, porque S. Exa. através do seu zelo, do seu esmero, do seu estudo traçou, um panorama nítido, inconfundível de como as coisas são apreciadas pelos dois Poderes, o Executivo e o Legislativo; de um lado o do tecnocrata, do outro, o do legislador. Uma mensagem vazia, que não passaria mesmo, na mais descuidade bancada governista. E S. Exa. o eminente Deputado Luiz Roberto Soares honrou este poder, efetivamente um estudo de alta envergadura jurídica, como honrou o eminente Deputado, Presidente da CCJ que deu parecer sério, parecer que foi ao ponto básico, que serviu de base para que esta Assembléia efetuasse uma discussão em alto nível como vem fazendo sobre a Emopar. Discussão válida, Srs. Deputados, para que o Governo com esta lei aprovada na mão, saiba da alta responsabilidade que terá em aplicar bem os recursos do Estado.

Meus respeitos, eminente Deputado Luiz Roberto Soares, V. Exa. serviu para com brilhantismo, traçar a diferenciação que existe quando as coisas devem ser estudadas com carinho e com cuidado.

Mas, Srs. Deputados, deixei a discussão jurídica com os

Secretários de Estado, para ir à prática. O único exemplo que tinha sido trazido pelo Deputado Gulin, porque nenhum dos oradores que passaram por esta tribuna, nem mesmo os Srs. Secretários de Estado, disseram das vantagens desta atuação, desta agilização da administração.

E o que será feito com o DEOE? Com o pessoal que existe no Departamento de Obras e Edificações do Estado?

E pergunto aos Srs. Deputados, o que será feito com as cinco marcenarias ociosas que existem no Estado, e que poderiam em seis meses, superar o déficit de carteiras existente no Estado.

Os Srs. Deputados poderão ir a Campo Mourão, Pato Branco, Pitanga, Ponta Grossa, para ver a ociosidade em que as marcenarias existentes nessas cidades se encontram.

E para onde irá esse maquinário, essas instalações onde irá, se a EMOPAR não irá executar as obras?

Se a EMOPAR vai ser apenas intermediária?

Os Srs. Secretários de Estado não puderam nos informar isso.

Então, existe omissões na mensagem.

Mas, Srs. Deputados, uma outra razão me leva a entender divergentemente do projeto, é de que seja a empresa pública, seja a empresa independente, desvinculada da legislação, com a mais inteira autonomia, reconhecemos esse fato incontestável. Mas, ela terá que seguir a trilha política do Governo do Estado, na sua origem, nas suas essências, ela objetiva a realização de obras públicas do Estado.

Isto significa, na prática, aumentar a clientela governamental.

Significa na prática, — e convenhamos, sejamos honestos em reconhecer — que ela significará maior número de empregos para o Governo Estadual.

Ela significará um paternalismo maior por parte do Estado.

O projeto, o substitutivo que, no artigo 5º, especificar que ela gozará de isenção fiscal. O Estado é competente para isentá-la no âmbito estadual. Mas, pergunto: no âmbito federal, no âmbito municipal, ela estará isenta? Estará isenta da tributação?

O que, em última análise, vale dizer, tais serviços receberão ônus da tributação.

E ainda ontem, falava, na Assembléia, que a própria Petrobrás, cuja previsão consta da Constituição Brasileira, já não é mais isenta do próprio imposto de renda, o que equivale a dizer, sob esse aspecto dessas obras que agora realizadas pelo Departamento do próprio Estado estão imunes dessa tributação, que a EMOPAR estaria agravada e onerada, porque a EMOPAR terá, além do imposto de renda, todas as obrigações sociais decorrentes de seus empregados.

E o outro aspecto já frisado também desta tribuna antes de vir a discussão o projeto, a perda substancial que a administração direta vai ter, em detrimento da administração direta, se deixa mais uma fatia para a administração indireta.

Mas, Sr. Presidente Srs. Deputados, duvido que a essa altura dos acontecimentos, com a evidência de alguns fatos pitorescos aconteceram na discussão dessa matéria, possam as posições ser modificadas. Quero apenas ressaltar um aspecto positivo para nosso Partido nesta discussão: pintado por alguns como um Partido que não soube corresponder à votação popular das últimas eleições, o MDB se interroga ao Paraná, desses seus acusadores, de como deveria se comportar. Fechar a questão em matéria eminentemente administrativa, seria estarmos no campo da oposição sistemática e radical, que não é objetivo do nosso Partido, nem deixar de suspender este Estado, suspender das barrancas do Iguaçu ao Piquiri, da Argentina às divisas com São Paulo, essa população sofrida do Paraná, porque levantou uma voz, "não queremos destruir a casa onde estamos", porque ninguém derruba a casa onde mora.

Esta bancada, serena, calma, tranquila que está aqui, não pretende derrubar o Paraná, para ver triunfar um ponto de vista nosso. Daí nossa liderança, daí a direção do nosso partido entender que de uma questão eminentemente administrativa, não poderia ter a dosagem política que alguns teimam e tentam dizer que o MDB aleivou.

Srs. Deputados, foi a afirmação inequívoca de que na prática eu acredito que o meu partido esteja certo, porque ao conferir ao Deputado a liberdade e independência que ele, como homem público deve ter, na prática o MDB soube corresponder a sua pregação política, em afirmar de que viríamos aqui para combater as coisas que acreditávamos certas e combater as coisas que acreditávamos erradas e se tirássemos a liberdade de alguns colegas nossos de assim o fazerem, estaríamos na prática impedindo, na verdade a realização de um sentimento democrático que invade a todos nós e aos senhores da ARENA e do MDB. Fica aqui esse exemplo marcante do meu Partido, que em boa hora soube interpretar dentro de nossa bancada essa liberdade inequívoca que deve existir nos Deputados e os que tentam pichar nossos Deputados que não se alinham com a bancada e que votaram com a mensagem governamental, saibam que dentro do nosso Partido eles conquistaram talvez maior admiração porque tiveram a coragem de discordar da maioria e é exatamente essa prática que o MDB prega, que os homens tenham coragem de expor de público o seu entendimento e não só isso, tenham a possibilidade de expor de público aquilo que eles acreditam como válido e justo.

O SR. GILBERTO CARVALHO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, fico satisfeito em ouvir de V. Exa. quando vem à tribuna para discutir um projeto de tamanha importância, e diz que não tem a dosagem política, que o Partido da oposição não adotou esta medida, que cada um dos Deputados vota como bem entende.

Tivemos oportunidade de ouvir há poucos instantes, quando o eminente Deputado Osvaldo Macedo juridicamente falava deste projeto, um aparte do eminente Deputado Luiz Roberto Soares.

V. Exa. vem, agora, à tribuna para discutir a parte prática, valendo-se de um aparte oferecido pelo eminente Deputado Alfredo Gulin sobre a EMOPAR poderá executar obras, se concorrerá com a empresa privada.

Conheço, muito bem, o Departamento de Edificações e Obras Especiais, onde tenho grandes amigos; conheço o trabalho desempenhado, mas não tenho conhecimento de que o DOE tenha feito a execução de qualquer obra por administração direta. Sempre foi contratada, mas de uma maneira muito burocratizada. O que queremos fazer é descentralizar ainda mais os serviços.

Quando V. Exa. fala na parte prática, elogia a decisão de alguns Deputados da sua bancada e, permito-me, neste momento, fazer referência ao eminente Deputado Gnoato que votou favoravelmente a esta Mensagem. Sei muito bem porque votou favoravelmente. Votou favorável porque esse Deputado foi prefeito e conhece as dificuldades que surgem quando se pleiteia uma recuperação num estabelecimento de ensino. Dirige-se o expediente ao Secretário, o secretário encaminha-o ao departamento técnico para os pareceres, depois vai ao Governo do Estado e vem a esta Assembléia. Isso leva quase seis meses para se concretizar.

A EMOPAR poderá contratar os serviços, poderá executar com seu pequeno quadro, dentro das possibilidades, alguns serviços, poderá, também fazer convênios com as prefeituras com muito mais facilidade e depois executar e prestar contas do que fez e ser repreendida por suas falhas. Temos verificado neste ano na execução de serviços que a demora é referente a remessa da documentação pelas prefeituras, do ofício dirigido ao Secretário de Administração, do orçamento da obra com o visto do engenheiro residente. Em seguida, é firmado o convênio e a obra é executada. O número de obras executadas no Paraná nos últimos dois ou três meses foi impressionante. O mesmo não tivemos de ver no passado ano.

O SR. NILSO SGUAREZI — Estão realizando sem a EMOPAR.

O SR. GILBERTO CARVALHO — A EMOPAR, nobre Depu-

tado, participou sempre de reparos. E é preciso que se diga mais. Quantas obras existem no Paraná paradas por falta de orientação mais direta. Por falta de recursos sim.

Pergunta-se, o que será feito com o pessoal do DOE. Sabemos do programa que atinge todo o Paraná, principalmente no Sudoeste, que é a erosão. Sabemos que muitos funcionários serão aproveitados, também, pela EMOPAR.

É esse o motivo que nós verificamos, a posição de muitos Deputados. Estamos conscientes, nobre Deputados e também já fomos Vereador, já tivemos o mandato de prefeito e conhecemos a dificuldade e a burocracia que precisa acabar para que se possa melhor atender o povo, melhor atender aqueles que a nós recorrem.

Pergunto a V. Exa., se V. Exa. já recebeu algum pedido de prefeitos da sua região para problemas que têm que ser resolvidos com urgência, e, se foram encaminhados a uma Secretaria, se foram atendidos dentro do prazo necessário?

Esta a nossa justificativa, o motivo porquê estamos votando.

O SR. NILSO SGUAREZI — Efetivamente tenho recebido pedidos de diversos prefeitos de minha região e lamentavelmente não estão sendo atendidos. Mas não é somente no setor de obras, é no setor da educação também. Acredito, eminente Deputado, que não há necessidade de eu enumerar; efetivamente o serviço público é moroso, é burocrático, todos reconhecemos. Mas devemos reconhecer u'a máxima que diz, que toda instituição depende de quem a dirige. Observe V. Exa., no curso da história, e cito a Igreja Católica como um exemplo do mundo inteiro: quando, estando à testa, o Papa dinâmico, a Igreja funcionou — estando à testa um reacionário a Igreja se omitiu. Toda instituição depende de quem a dirige, eminente Deputado. Não vejo na EMOPAR, sinceramente, na prática, a maneira de que ela possa substituir o atual órgão que é o DOE, se tiver na sua direção, se o Estado tiver na sua direção, gente que lhe dê um novo impulso.

Pergunto a V. Exa. e V. Exa. me responda: se fôr entregue a EMOPAR nas mãos de um relapso, o que acontecerá a ela?

O SR. GILBERTO CARVALHO — Nobre Deputado, isto bem afirma V. Exa., tudo depende de quem dirige. Porisso, na Lei, no seu regulamento, deve estar previsto que terá o mandato de Diretor de uma empresa como esta, de 3 anos.

O SR. NILSO SGUAREZI — É um tempo bastante longo se cair em mão de quem não souber dirigi-la.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Tudo isto depende de quem a dirigir. A fiscalização, V. Exa. sabe como será controlada. Eu não sei como, não entrou hoje mas deverá entrar amanhã na Ordem do Dia o Projeto de Lei do eminente Deputado Trajano Bastos.

O DOE, V. Exa. sabe que foi criado há muitos anos e lá estão passando por sérias dificuldades, e isto é do conhecimento de V. Exa., este ano não estão sabendo como solucionar o problema dos engenheiros que lá estão, com vencimentos que não atingem 2 mil cruzeiros e que pediram 2 anos de licença sem vencimentos e estão contratados pela CLT. Será que estes engenheiros poderão voltar a perceber o vencimento anterior? Terão condições de trabalhar pela CLT após estes dois anos? A Lei não permite isto.

V. Exa. diz que tudo depende da administração, e o Governo procurando encontrar uma saída para dar atendimento ao Interior, que está necessitando com urgência de atendimento, vem criar esta empresa, vem oferecer uma nova estrutura ao DOE para que possa atender no campo para que o realmente estão preparados estes engenheiros.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente.

Acredito que nosso eminente Líder que também discorrerá em torno da matéria, trará substanciais considerações a

respeito do tema.

Queria, Sr. Presidente, deixar com os demais pareceres a minha posição e mais uma vez congratular-me não apenas com aqueles deputados do MDB que souberam votar a favor da matéria como aqueles da Arena que, desde o início, tiveram a ousadia de vir de a público, discordar desta mensagem governamental, porque entendem que se assim não o fizermos, esta Casa poderá perder a sua identidade e me congratular finalmente, com a liderança do Governo, porque obtém uma vitória que é um fruto do trabalho deste homem, homem que conheço há muito tempo e que faz política na mesma área da minha.

Reconheço o desdobramento e a capacidade de pugna do eminente Líder da Arena, Sr. Deputado Ivo Thomazoni, através da sua habilidade, do seu trabalho e do seu esforço e conseguiu consertar as coisas, e, diga-se de passagem, virar totalmente o errado por parte do Governo que ele representa. Deve a vitória da EMOPAR ser traduzida à sua liderança e como eu disse, ao laborioso estudo do eminente Deputado Luiz Roberto Soares, que serviu para realçar que realmente esta Assembléia Legislativa está preparada para encarar com seriedade toda a matéria que se discute neste Estado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho, para discutir.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Desejo inicialmente fazer dois agradecimentos. Um aos eminentes colegas pelas breves mas honrosas referências feitas à minha pessoa e outro em nome ainda de meus eminentes colegas, pela paciência e pela persistência com que, excepcionalmente, nesta data, nos ouve a colenda bancada do Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, A matéria, realmente, por incrível que possa parecer, somente hoje foi realmente discutido neste plenário quando já se encontra em terceira discussão. Fato que, realmente, comprova e dá razão àqueles que no encaminhamento das votações, já processadas, reclamaram da "inexplicável pressa da bancada arenista" que serviu de título a um ilustrado comentário publicado na imprensa de hoje, na página especializada. Não nos convencemos e aqui fica o registro de que existisse uma argumentação válida para que fosse negada a votação nominal reiteradamente pedida pelo MDB a este projeto. Nem a recusa para que ele voltasse à Comissão de Orçamento.

Entendemos, Sr. Presidente, que estes atos de recusa consolidam, infelizmente, a conclusão de que não se dá, neste País, não só no Paraná, o devido valor à elaboração legislativa.

São tão frequentes os exemplos de desmandos neste País, de usurpação de preceitos legais, de desrespeito à letra da Lei, que está como que se criando em torno das elaborações legislativas, a ausência da austeridade de que deve se cercar o ato.

A austeridade, a ponto de ser colocada acima de interesses partidários, a vontade, que deve representar, soberana do povo, um texto de lei.

Porisso, Sr. Presidente, como já tivemos a oportunidade de aludirmos a estes princípios neste episódio da elaboração do projeto que cria a EMOPAR, defendemos — e assumimos exclusivamente responsabilidade disto — o ponto de vista adotado pela liderança, o de que em questões desta natureza não se deve submeter o legislador à lei ou aos princípios de fidelidade partidária. Seria mesmo atentar contra os dispositivos da Lei Orgânica dos Partidos.

Mas, não é por isso, ou não será por este motivo que a bancada deixaria de ter uma posição adotada pela deliberação da maioria de seus membros, no tocante à discussão e votação deste projeto.

Uma posição em que o MDB procura revelar o amadurecimento político, não muito compreendido infelizmente, não muito estimulado nesta sua prática, pela liderança do Governo nesta Casa.

Porque enquanto assim procedeu a nossa bancada, viu,

serem-lhe negadas as oportunidades que pediu para melhor apreciação e encaminhamento do processo legislativo. Seja como for, Sr. Presidente, um dia, neste País, alguém haverá de discutir as leis que aí estão esparsas, e se haverá de ver tudo aquilo que se intencionalmente ou não, por omissão ou até por má fé, se fez e se causou de mal a este País. Esta, talvez seja a resposta que os fracassados pretendem dar ao povo, da sua incúria, justificando aquilo que não foi feito, mas deveria tê-lo feito.

Precisam-se de Leis. Legisla neste país talvez dia e noite, decretos, decretos-leis e leis feitas apressadamente e de afogadilho. Esta Lei, Sr. Presidente, que sairá desta Casa, queira Deus que assim não aconteça, mas poderá trazer ao próprio Estado, graves consequências. Como poderemos demonstrar, numa declaração de voto que iremos fazer, em nome da bancada, despretençiosa, mas procurando ver e estabelecer simplesmente isso: que a Lei foi feita para ser cumprida e respeitada, para ser acatada e não, servir de instrumento para que se modifique uma estrutura social-econômica, de um Estado, sem que antes se veja em que se funda esta mesma estrutura social econômica.

Afirmou-se, no encaminhamento da votação, desta tribuna, de que, a matéria relativa à necessidade, ou à conveniência da pretendida empresa é subjetiva.

Se assim o fôr, entendendo, data vênica, que subjetivo também é o projeto. Mas, não pode ser subjetivo porque o artigo 5º, item 2, do Decreto-Lei 200, quando define empresa pública, diz entre outras coisas: "empresa pública é entidade dotada de personalidade jurídica, de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criada por lei, que desempenha atividade econômica, que o Governo seja levado a exercer por força de contingência, ou de conveniência administrativa, podendo revestir-se de qualquer das formas definidas em Direito".

Claramente, contingência, força de contingência, ou conveniência administrativa, é matéria concreta.

Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em final do ano de 1974, o Governo do Estado reformulou a Lei nº 6636, da Reforma Administrativa do Estado, a qual faço referência nesta declaração de voto.

A qual todos os Srs. Deputados reeleitos e aqui presentes, sabem de que forma foi espuriamente aprovada. Porque nenhum dos Srs. Deputados conhecem do Projeto a não ser quando irremediável se encontrava o prazo, e por aí se requereu dilação, de prazo ao Sr. Governador do Estado, que não concedeu. E teve a Lei tácita aprovação da Assembléia Legislativa do Estado.

Matéria da mais alta relevância que passou — a não ser a reforma da Constituição — por esta Casa.

Mas, outra coisa seria agora, o comprometimento no que diz respeito à ética do ex-Governador que, neste caso, para mim, encaminhando à discussão e votação, às vésperas de um pleito eleitoral, um projeto de lei de tal envergadura, foi indesculpável.

Se houve esse grande pecado original, na criação desta lei, não será por isso, Sr. Presidente, que se possa dizer a esta Casa para aprovar um projeto como esse da EMOPAR, que a lei é impréstável, ou que não tem a validade que dela se espera.

Desejo declarar, até, Sr. Presidente, que a Lei 6636, ressaltadas reformulações que lhe deveriam ser feitas, desde que se aceite o seu conteúdo formalmente, quanto ao conteúdo, é uma lei de envergadura. Pena que ela não tivesse sido discutida e recebidas nesta Casa as emendas de que não poderia prescindir em alguns casos, porque existem na verdade pontos e absurdos no que diz respeito, inclusive, à fiscalização que deva ser exercida pelo Poder Legislativo e a delegação de poderes ao Chefe do Poder Executivo.

Mas, ninguém pode desmerecer a lei 6636 para que, no que de mérito ela possa ter, justificar-se uma ilegalidade que é este Projeto de Lei 92/75, que cria empresa de obra pública no Paraná.

E essa discussão, que variou também no tocante a tese da descentralização, como se o mundo estivesse caminhando para

que os Executivos e o Legislativo se constituam a partir de algum tempo que se avista já num horizonte próximo, como meros executivos, para simples despachos de burocracia de somenos importância, eu vou me louvar na opinião de Fritz Morstei Marx, que à página 237, no seu livro "Elementos de Administração Pública", fazendo referência a uma Nação que é considerada o maior potencial econômico do mundo, diz o seguinte: "Controles centrais e liberdade administrativa". Um tema que se repete em cada um dos capítulos anteriores, que tratam da organização e direção, tem sido aquele referente ao melhor esquema de relações entre as repartições administrativas e os órgãos de controle popular — os Chefes do Executivo e os Poderes Legislativos, eleitos pelo povo. A tendência geral nos Estados Unidos, durante a maior parte deste século, tem sido a de fortalecer os poderes de direção do Chefe do Executivo sobre os órgãos administrativos. Uma tendência paralela tem sido a do desenvolvimento de controles mais eficazes, exercidos pelo Congresso, sobre muitos aspectos da administração, principalmente através de processos aperfeiçoados para a revisão de pedidos de verbas e através de meios para a supervisão dos aspectos diretivos da administração.

Essas tendências para a integração do sistema administrativo se justificam na aplicação aos departamentos administrativos regulares. Porém, criam problemas especiais para as repartições engajadas em atividades comerciais, ou semi-comerciais, que envolvem extensas negociações com o público. Para enfrentar tais problemas, as empresas estatais desenvolveram-se como entidades administrativas, tendo uma relação especificamente definida com o Congresso e, em menor escala, com o Chefe do Executivo e outras repartições da direção administrativa. Essas relações libertaram a empresa estatal de certos tipos de controle e lhes dá um grau de autonomia na escolha dos meios para atingir os seus objetivos".

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando se discute esta matéria não nos parece que o seu apressamento pudesse ser justificado e a negativa para as diligências solicitadas, também, pudessem ser justificadas com tiradas de alto estilo demagógico de que o povo aguarda pela EMOPAR; o povo aguarda por atos do Governo que venham lhes resolver os problemas, inclusive, por atos dos legisladores eleitos pelo povo e que têm sobre si esta atribuição talvez, hoje, em caráter mais íntimo e de maior responsabilidade que do próprio Poder Executivo.

Portanto, não podemos consentir, sem o nosso reparo, que o Poder Executivo não seja alertado por esta Casa, quando vai permitir uma ilegalidade com o consentimento e o voto de representantes do povo.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Peço desculpas a V. Exa. porque sei que não concluiu o seu pensamento, mas gostaria que V. Exa. demonstrasse a ilegalidade do projeto.

O SR. MUGGIATI FILHO — Vou passar a ler a declaração de voto ao Projeto de Lei 92/75, que está vasado nos seguintes termos...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Entendo que, e já declinei o meu pensamento ontem da tribuna desta Casa, para mim ele se tornou manifestamente ilegal porque deixou de ser apreciado, afora outras considerações que deveria fazer, pela Comissão competente porque, também, matéria que deveria ser apreciada pela Comissão, deferida até pela Constituição Estadual, transmitida ao Regimento Interno, que é a obrigatoriedade e a viabilidade da apreciação de questões financeiras, e esta uma das maiores metas que procurei defender desta tribuna. Realmente, em decorrência desta omissão, tenho o entendimento de que por aí também o projeto se torna inconstitucional, afora o problema já abordado, e que dou inteira vali-

dade e apoio, e que foram expendidos pelos demais colegas de nossa bancada e por V. Exa. a quem louvo o brilhantismo e a sabedoria por toda a nossa bancada reconhecida.

O SR. MUGGIATI FILHO — Obrigado a V. Exa..

Realmente, Deputado Fidelcino Tolentino, existem vários ângulos para a apreciação e o debate desta matéria, que não foram ainda esgotados nesta Casa, e também não é esta a primeira vez que aqui se aprova matéria sem estar devidamente estudada, debatida e clareada nos seus pontos de divergência.

Não adotei, confesso a V. Exa., os princípios que V. Exa. acaba de expor como razão para considerar ilegal a constituição da empresa; não cheguei até aí porque não senti necessidade de ir a este rigor a que V. Exa. foi, mas que realmente representa, na elaboração legislativa, uma ilegalidade.

Agradeço a V. Exa., pelo aprte.

(Lê):

Declaração de voto ao Projeto de Lei 92/75.

Mensagem Governamental 28/75 — Cria a EMOPAR

— Empresa de Obras Públicas do Paraná.

A criação da EMOPAR é efeito de uma lei espúria — a de número 6636, que dispõe sobre a organização do Poder Executivo no sistema de administração pública do Estado — Reforma Administrativa baseada no Decreto-lei Federal nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Tal reforma foi sobreprecipitadamente aprovada, sem conhecimento da Casa, visto que a Mensagem sequer passou pela Comissão de Constituição e Justiça, e vinha com prazo de 45 dias. Às vésperas das eleições de 1974, quando o funcionamento da Casa era reduzido a 2/3 no seu normal. E, destarte, analisando posteriormente, sérias restrições foram levantadas à Lei de Reforma Administrativa do Estado, chegando-se a temer que a sua implantação viesse transformar a administração estadual, consagrando-a num caos.

Poder-se-ia afirmar que não estamos, realmente, caminhando para a confusão administrativa?

Tomando-se por base a própria Lei 6636, constata-se, em seu artigo 39, que as metas e objetos do Poder Executivo compreendem três campos associados: social, econômico e institucional. Entre as diversas atribuições contidas no setor econômico, não consta como objetivo “planejar, organizar, executar e dirigir as atividades relacionadas com o projeto, construção, reparo, ampliação, conservação e manutenção de prédios públicos onde seus equipamentos, assim como obras não atribuídas a outros órgãos de administração Direta ou Indireta, cuja atividade esteja compreendida no âmbito dos serviços de engenharia ou semelhantes”. Estes objetivos aparecem entretanto, no Substitutivo do Deputado Alfredo Gulin, que é cópia “verbo ad verbum” do Substitutivo do Deputado Luiz Roberto Soares, rejeitado na Comissão de Constituição e Justiça e reeditado na Comissão de Obras e aprovado em segunda discussão, por este plenário, que pouca coisa modificou do que se continha na Mensagem Governamental.

Ocorre, entretanto, que tais objetivos estão expressamente consagrados como sendo da Secretaria de Administração. Sob o título “Do âmbito de Ação Administração Direta”, em seu capítulo II, seção III, encontra-se o artigo 25, da mencionada Lei 6636, que reza:

“Artigo 25 — Secretaria de Estado da Administração — a prestação, de forma centralizada, dos serviços-meio necessários ao funcionamento regular da administração direta e relativos a processamento eletrônico de dados, administração patrimonial de materiais e transporte oficial; documentação, publicação de atos oficiais e reprografia; comunicações administrativas e zeladoria; e orientação e controle das construções e a manutenção e conservação de prédios e equipamentos de escritórios governamentais; a padronização e uniformização de serviços, equipamentos e outras facilidades operacionais; a análise sistemática dos custos dos

serviços-meio; a análise sistemática dos custos dos serviços-meio; o controle da iniciativa privada mobilizada para prestação de serviços-meio ao Governo; a organização e gestão centralizada de cadastro de informações sobre licitantes e licitações no Estado; outras atividades correlatas”.

Tudo isso deve ser entendido “ex- rigore Juris”, matéria essencialmente de administração direta.

Ao incluir, portanto, entre seus objetivos a orientação e controle das construções e a manutenção e conservação de prédios e equipamentos de escritórios governamentais, o Projeto de Lei 92/75 — EMOPAR, proclama uma ilegalidade flagrante.

Não se lhe discute a constitucionalidade, cuja matéria, no caso teria maos objetivo acadêmico do que realístico.

A sua ilegalidade, porém, é flagrante. E, o que é pior, irremediável, porque a Lei nº 6636 não pode ser revogada nem sofrer qualquer modificação em seus dispositivos senão após três anos de sua vigência “Art. 123, e a sua aprovação se deu em 29 de novembro de 1974.

Convém assinalar, outrossim, que a administração indireta, segundo a mesma Lei 6636, em seu artigo 7º “compreende serviços instituídos para limitar a expansão da administração direta ou aperfeiçoar sua ação executiva, no desempenho de atividades de interesse público, de cunho econômico ou social usufruindo, para tanto, de independência funcional controlada”... e conforme se viu, em nenhuma das atribuições compreendidas no campo econômico convalidam os objetivos da EMOPAR.

A violação atinge, também, o título “Dos Sistemas Estruturantes da Administração Direta” da Lei de Reforma Administrativa, em seus artigos 63, inciso III, e 65, e o título VIII — “Dos Critérios Básicos para Organização e Funcionamento de Entidades da Administração Indireta”, em seus artigos 94 a 97.

O Decreto—Lei 200, define empresa pública como “a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criada por lei para a exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativas podem revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito”.

Como se depreende, de modo inquestionável, o Governo Estadual, implantou uma Lei de Reforma Administrativa, e agora quer derogá-la, em seu espírito e seus dispositivos expressos, de meridiana compreensão.

Mas, noutra face, o Projeto estabelece como receita da EMOPAR, as taxas de serviços ou a remuneração nos contratos que firmar; os juros, dividendos, receitas, doações, legados, produto de venda de material inservível e as operações de crédito que realizar por antecipação das receitas e as operações de crédito que realizar por antecipação das receitas previstas em Lei.

Ora, com referência aos próprios estaduais, em que se verifique a hipótese de a EMOPAR, funcionar diretamente ou por meio da iniciativa (firmas particulares) com licitação (art. 87 da Lei 6636), a Empresa cobrar-se-á do Estado, impondo-lhe taxas de serviços e outras, aumentando o custo da construção, reparação ou ampliação de prédios.

Donde se conclui que a criação de uma empresa pública destinada a planejar, executar, dirigir e organizar as atividades relacionadas com o Projeto (Arquitetura), a construção (Engenharia Civil) e a ampliação (Engenharia Civil) e reparo, a conservação e a manutenção (Prestação de Serviço Técnico Profissional), forçosamente irá acarretar maiores ônus ao Estado, com um DUPLO DISPÊNCIO DE NUMERÁRIO, pagando-se os responsáveis técnicos da firma construtora (1) e da EMOPAR (2), para uma só atividade.

Ademais, inclui-se o Planejamento entre os objetivos da EMOPAR, sem que se dê resposta à pergunta:

“Para que existe uma Secretaria de Planejamento?”

Incluem-se, ainda, uma atividade indefinida, “organizar e dirigir”, a outra técnica, “executar” obras de construção civil.

Tais contradições agravam a ilegalidade atrás apontada e revelam que a pretensão é descurada, impensada e desprovida de sendo administrativo. Com tal ato, contando com a formal ajuda desta Augusta Assembléia, mas com o voto em contrário da Bancada do MDB, era explicitado, o Paraná estará, numa expressão até redundante, declarando a falência administrativa da Administração Pública Estadual, especificamente da recém-inaugurada Secretaria de Administração.

E o espantoso é que a solução dos problemas a que se dispõe resolver o questionado Projeto 92/75 — EMOPAR, é de toda simplista, encontrada, porque prevista, na própria Lei de Reforma Administrativa, de 1974.

De todo compatível com as normas administrativas, das quais não pode fugir o Estado, seria a criação ou de uma "Coordenadoria de Construções e Reparos" ou de um "Órgão de Regime Especial", com autonomia relativa, autorizado pelo artigo 6º, item III, da enfocada Lei 6636.

É o que propõe a Bancada do MDB, adotando como posição inquestionável, democraticamente, sem fechar a questão, por entender que as leis, primordialmente as de interesse da administração pública, devem se sobrepor aos interesses políticos partidários, opor-se ao Projeto de Lei em discussão, que cria a EMOPAR, por considerá-lo, conclusivamente:

1º — Ilegal.

2º — Contrário aos interesses da administração pública, e, consequentemente, do povo paranaense. O Estado é uma entidade pública, e não deve criar uma empresa pública para pagar mais caro, com maior dispêndio de verba orçamentária, para obter o mesmo serviço.

Votamos pela rejeição do Projeto de Lei 92/75, que cria a EMOPAR — Empresa de Obras Públicas do Paraná"

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Líder da Oposição, Muggiati Filho, V. Exa. tem inteira razão e não tem nenhuma. Na realidade a criação da Emopar contradiz e conflita com o que dispõe a Lei de Reforma Administrativa Estadual, nº 6.636. Todavia, pretender que um projeto de igual nível hierárquico legal é ilegal porque contraria norma de igual valor, é máxima data vênica — nobre Deputado, que não tem nenhum respaldo político.

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. está saindo do caso específico para o caso genérico.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Estou dando um exemplo e volto ao caso concreto. Pretender que esta lei seja ilegal porque vai contrariar lei de igual nível, realmente, tenho certeza de que V. Exa. concordará comigo.

O SR. MUGGIATI FILHO — Não concordo nem com uma vírgula do que V. Exa. está dizendo, porque seria um absurdo.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — V. Exa. data vênica, poderia me ouvir?

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. não está usando da sinceridade que uso desta tribuna. Se apontasse realmente um outro caminho que se adaptasse melhor ao problema, aceitaria.

Agora eu nunca iria dizer que V. Exa. estará tergiversando com o substitutivo de V. Exa. para procurar, por outros meios, atingir o objetivo do Poder Executivo, porque V. Exa. defende um outro ponto de vista.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — V. Exa. quando me concedeu aparte, infelizmente não me conferiu a oportunidade de dizer o que eu pensava.

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. está com a palavra, mas não para me convencer do contrário.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — A minha pretensão, nobre Deputado, não é convencer V. Exa., porque eu já percebo que V. Exa. está hoje indignado, e contrariando este comportamento de V. Exa. . . .

O SR. MUGGIATI FILHO — Eu sempre fui um obstinado defensor da Lei.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — O que não é privilégio de V. Exa.

O SR. MUGGIATI FILHO — É privilégio de todos nós, nobre Deputado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Indago de V. Exa. se posso concluir o meu aparte.

O SR. MUGGIATI FILHO — Com muita honra.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Eu estava pretendendo dizer a V. Exa., do que pretender de que esta Lei que cria a empresa pública EMOPAR seja ilegal, porque contraria uma Lei Estadual, não me parece bem argumentado e vou dizer porque. É evidente que se levar às últimas consequências o seu pronunciamento, nenhuma Lei poderia ser revogada. Quando eu avoquei o exemplo de uma empresa pública . . .

O SR. MUGGIATI FILHO — Esta Lei não pode ser revogada antes de 1977.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Eu disse no meu parecer que a Lei 6.636 (lanudível).

É um absurdo, um dispositivo que proíbe que ela seja revogada. Não existe no regulamento jurídico nacional, uma lei que confira a si própria a sua irrevogabilidade. Isso seria uma insânia jurídica, absolutamente insustentável, uma lei que confira a ela mesma a sua irrevogabilidade. Mesmo na Constituição da República não existe uma Lei Maior que possa gozar deste privilégio.

O SR. MUGGIATI FILHO — Mas enquanto estiver em vigor, prevalece.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Alguns atos civis realmente, são evocados neste caso da lei irrevogável.

O SR. MUGGIATI FILHO — Ela existe.

É a tal estória do cidadão a quem perguntaram se ele acreditava em fantasma, e ele respondeu: "no lo creo, pero que existe....." (Risos).

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Eu reafirmo a V. Exa. que uma lei estadual pode, obviamente, contrariar outra lei estadual.

Isso me parece que é de uma clarividência meridiana.

Mas há um segundo aspecto, que é também importante na discussão dessa matéria, e no exame desta matéria, invocado por V. Exa., e que no meu entendimento, seriam dois aspectos jurídicos levanta, em torno do Decreto Lei 200/67.

Esse decreto é um decreto de aplicação exclusiva para a União. Não se aplica aos Estados membros, pode, quando muito, ser usado como comparativo.

O fato de nossas leis estaduais não se aputarem dentro dos parâmetros enunciados pela definição do Decreto Lei 200, em nada altera, ou viola a Justiça.

Este seria o segundo aspecto das pretensas ilegalidades apontadas por V. Exa., neste projeto.

As demais considerações que V. Exa. fez me pareceram considerações de análise de mérito, de conveniência, de oportunidade.

Eu disse, inclusive quando V. Exa. se referiu ao meu pronunciamento que era um critério mais subjetivo, porque há quem entenda há quem não entenda, dentro de suas convicções íntimas.

Nesse sentido é que eu considerei subjetiva a análise em tela.

Mas insisto que estou disposto a aprender com V. Exa.

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. é quem está ensinando.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Eu, há mais de quadro anos, venho aprendendo com V. Exa., nesta Casa.

Mas, realmente, não me parece que a ilegalidade deste projeto pudesse ser buscada nesse argumento que ela contraria a Lei da Reforma Administrativa.

Concordo, que realmente, ela contraria o espírito que presidiu a Reforma Administrativa, o que não impede que surja uma lei que revogue, em parte, a Lei da Reforma Administrativa.

Quando disse isso, no início a V. Exa., agora outras consi-

rações, eu considere assim, porque ao definir empresa pública, a lei 6636 é explícita em enunciar a sua finalidade econômica e lucrativa o que é uma aberração, porque os Estados membros não podem criar empresas públicas para interferir no domínio econômico, a não ser autorizadas pela lei federal, porque pela Constituição da República, é privativo da União a interferência na ordem econômica. Então veja V. Exa. quantos erros contém a lei 6636 e me parece que, em boa hora, ela vai ser revogada pela lei da EMOPAR.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, o aparte do nobre Deputado Luiz Roberto Soares, revestido de profunda análise jurídica, vem contribuir para o que acabamos de declarar, de que o Estado do Paraná caminha para uma confusão administrativa, apenas, quero repetir, não faz justiça à inteligência reconhecida de S. Exa. a afirmação de que um impeditivo legal não deve ser considerado para que nasça aquilo que justamente se proíbe nesse dispositivo, principalmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando a lei estabelece a sua irrevogabilidade em prazo determinado, o que é absurdo mas está explícito no artigo 123 da lei 6636, que ela só poderá ser modificada ou revogada, decorridos três anos, a contar de novembro de 1974.

De forma se cria outra lei incidindo em dispositivo desse? Acredito, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nós estaríamos contribuindo bem mais em favor da administração do Estado, se esse problema não fosse encerrado com a simples votação, mas sim fosse devolvido ao Executivo, para que a questão fosse reaberta e, então, nós púdessemos realmente reviver essa lei na sua discussão.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Encerrada a discussão.

Passa-se a votação.

Sobre a mesa, requerimento do Sr. Deputado Trajano Bastos, contendo, mais 4 assinaturas ilegíveis, que requer seja feita a votação por escrutínio secreto do Projeto de Lei nº 92/75. Em votação.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, estranho a presença deste requerimento sobre a mesa e as razões, Sr. Presidente, são de que a ilustrada e inteligente bancada do MDB, na sessão de ontem por ocasião da votação desta matéria pretendeu impôr ao plenário a votação nominal. Quer me parecer que neste caso pretendia a bancada opositora, nesta Casa, identificar os Srs. Deputados nominalmente com o voto a favor ou contra da matéria.

Estranho que hoje a mesma bancada requeira votação secreta para a matéria, pretendendo, talvez, evitar a identificação dos Srs. Deputados que pretendam livremente exercer seu direito de votar a favor ou contra a matéria.

Se medida desta natureza fosse adotada pela ARENA, estaríamos sendo acusados, como reiteradas vezes temos sido acusados, de pretender esconder à opinião pública a atitude de cada um nesta Casa.

Por esta única e exclusiva razão, não que tenhamos o resultado da votação, mas tão somente para podermos dar uma satisfação aos eminentes Deputados que votarem livre, a descoberto, segundo a sua consciência, é que nossa bancada votará pela rejeição do requerimento que está em votação.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — Sem revisão do orador.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento.

O SR. TRAJANO BASTOS — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, mais uma vez o ilustre membro do Governo com sua habilidade, de plenário tenta dar um novo caráter a um assunto que nada tem a ver. De outra forma, por outro lado, fico satisfeito ao ver que S. Exa. Deputado Ivo Thomazoni, se posiciona contrariamente ao meu requerimento solicitando escrutínio secreto.

Consultaria V. Exa., se condena este método de votação. Se assim for, proponho retirar o meu requerimento e passamos

a votação pelo processo nominal, que, na data de ontem, a bancada que V. Exa. lidera votou contrariamente.

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação. — **Rejeitado.**

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — (Pela ordem) Sr. Presidente, desejo encaminhar à Mesa um requerimento pedindo a votação nominal.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Muggiati Filho e Luiz Carlos Zuk, no seguinte teor. (Lê):

“Senhor Presidente.

Requeremos votação nominal para o Projeto de Lei nº 92/75.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1975.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem) Eu poderia encaminhar votação deste requerimento?

O SR. PRESIDENTE — Perfeitamente.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, apenas para justificar a posição de nossa bancada e verificar que há coerência na posição hoje, em relação ontem.

Diz o Regimento Interno, Sr. Presidente, e ele é claro, que em 2ª Discussão e votação, a propositura em análise teria e deveria ser votada artigo por artigo. Nós não quisemos ontem sujeitar este plenário a 15 votações, 15 ou 16 chamadas nominais para a votação da matéria.

Foi esta a razão porque hoje nós fomos favoráveis à votação nominal, porque regimentalmente, Sr. Presidente, a matéria hoje será votada regimentalmente, englobadamente, numa única votação nominal.

Não por outra razão, porque tivéssemos pretendido, em qualquer oportunidade, deixarmos de identificar nominalmente os Srs. Deputados, que nós sabemos, da ARENA e do MDB, estão amplamente conscientes, convencidos da validade da proposição.

Estamos votando proposição altamente benéfica, não só para a administração do Estado, mas para a coletividade paranaense que está a necessitar de um instrumento que possa agilizar a administração, do setor de obras públicas.

Por esta razão e para que esta bancada não seja por ventura nem de leve responsabilizada por haver mudado de posição, que, não foi esta a intenção quando ontem nós rejeitamos requerimento do mesmo teor, que hoje nós estamos apoiando.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento. — **Aprovado.**

O Sr. 1º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados.

— É feita a chamada).

O SR. 1º SECRETÁRIO — Paulo Camargo. Aprovo. Gabriel Sampaio. Aprova. Del Ciel. Rejeito. Aginaldo Pereira Lima. Aprovo. Maurício Fruet. Ausente. Fidelcino Tolentino. Rejeito. Leopoldo Jacomel. Sim. Accioly Neto. Ausente. Adalberto Daros. Rejeito. Alfredo Gulin. Aprovo. Antonio Facci. Rejeito. Mattos Leão, Rejeito. Basílio Zanusso, Aprovo. Dácio Leonel, Aprovo. David Federmann, Aprovo. Deni Schwartz, Rejeito. Domício Scaramella. Rejeito. Edilson Alencar, Rejeito, Egon Pudell, Aprovo. Enéas Faria. Não. Ernesto Dal'Oglio, Ausente. Ernesto Gnoato, Aprovo. Ezequias Losso, Aprovo. Fabiano Braga Cortes, Sim. Francisco Escorsin. Aprovo. ~~Fuad~~ Nacli, Sim. Gabriel Manoel, voto com minha bancada pela aprovação. Gilberto Carvalho. Aprovo. Hélio Manfrinato. Ausente, Ivan Ruppel, Aprovo, Ivo Thomazoni, Aprovo. Jayme Carvalho, Aprovo. João Cioni Neto, Aprovo. Scarpelini, Rejeito. Jorge Sato, Aprovo. Jurandir Messias, Aprovo, Lázaro Dumont, Aprovo. Líneu Turra, Rejeito. Lúcio Machado, Rejeito. Luiz Alberto Oliveira, Aprovo. Luiz Carlos Zuk, Rejeito. Com consciência rejeito pela bancada. Luiz Roberto Soares, Aprovo. Nelson

Buffara, Ausente. Nilso Sguarezi, Rejeito. Osvaldo Macedo, Pela rejeição. Muggiati Filho, Pela Rejeição. Otássio Pereira, ausente. Quielse Crisóstomo, Ausente. Rosário Pitelli, Aprovo, Trajano Bastos, Rejeito. Valter Pietrângelo, Ausente. Waldenício Barbalho, Rejeito, Werner Wanderer, Ausente.

O SR. PRESIDENTE — 26 Srs. Deputados aprovam. 18 Srs. Deputados rejeitam. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 66/75, de autoria do Deputado Lúcio Machado, que declara de utilidade Pública o Serviço de Obras Sociais - SOS, da cidade de Santo Antonio da Platina. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 88/75, de autoria do Deputado Benedito Lúcio Machado, que declara de Utilidade Pública a Casa da Criança Recanto Feliz, com sede e foro na cidade de Santo Antonio da Platina. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 94/75, de autoria do Deputado Paulo Camargo, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, da cidade de Paraíso do Norte. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 101/75, de autoria do Deputado Aguinaldo Pereira Lima, que declara de Utilidade Pública o Hospital São Vicente de Paulo, da cidade de Tomazina. Parecer da C.C.J., **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 125/75, de autoria do Poder Executivo, mensagem nº 51/75, encaminhando anteprojeto de Lei referente à proposta de Orçamento Plurianual de Investimentos do Estado, para o triênio 76/78. Parecer favorável da C.O., **com EMENDAS.**

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal, para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. 1º Secretário fará a chamada nominal.

— É feita a chamada nominal.

Responderam a chamada 28 Srs. Deputados. A Mesa informa que há quorum para votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) Sr. Presidente, está se votando o Orçamento. São necessários dois terços.

O SR. PRESIDENTE — Tem razão. o Sr. 1º Secretário procederá nova chamada.

— É feita nova chamada.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (questão de ordem) Requeiro que V. Exa. determine ao Sr. 1º Secretário que faça soar os tímpanos para chamar os Srs. Deputados que se acham ausentes, muitos desles estão em pé, o que virá prejudicar o bom andamento da votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa não pode impedir que os Srs. Deputados se mantenham em pé no plenário.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Certo. Mas continuando a questão de ordem, o Deputado Aguinaldo Pereira Lima nem sequer ouviu a sua chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — 44 Srs. Deputados responderam a chamada. Há quorum para votação. Em discussão a emenda nº 1. Encerrada a discussão, em votação. — **Aprovado.**

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) Peço a V. Exa. que seja consignado em ata o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa determina ao Sr. 2º Secretário para que seja consignado em ata o seu voto contrário. Em votação a emenda nº 2. — **Aprovada.**

Em votação o Projeto. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no 73/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 161/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Departamento de Trânsito, com o município de Ibaiti, objetivando cumprir dispositivo do Código Nacional de Trânsito, na área daquele município. Parecer favorável da C.C.J., **EM REGIME DE URGÊNCIA** — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 73/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná através da Secretaria de Segurança Pública e o Departamento de Trânsito, com o município de Ibaiti, em 10 de junho de 1974, visando dar cumprimento a dispositivo do Código Nacional de Trânsito, no âmbito daquele município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 161/75

Através da Mensagem nº 44/75, é encaminhado a esta Casa o termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Ibaiti, em 10 de junho de 1974, visando dar cumprimento ao dispositivo do Código Nacional de Trânsito no âmbito daquele município.

De acordo com o preceito constitucional, é de competência do Sr. Governador a celebração de convênios, a referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se os objetivos do Convênio de que trata a presente Proposição, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado e do referido município.

Assim temos a nos manifestar favorável a Proposição nº 161/75, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 74/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 165/75 que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Departamento de Trânsito, com o município de Apucarana, objetivando dar cumprimento a dispositivos do Código Nacional de Trânsito, na área do referido município. Parecer favorável da C.C.J., **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 74/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Departamento de Trânsito, com o município de Apucarana, em 23 de janeiro de 1975, visando dar cumprimento a dis-

positivos do Código Nacional de Trânsito, no âmbito daquele município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

WALDENÍCIO BARBALHO — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 165/75

Através da Mensagem nº 44/75, é encaminhado a esta Assembléia Legislativa, o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o município de Apucarana, em 23 de janeiro de 1975, visando dar cumprimento ao dispositivo do Código Nacional de Trânsito no âmbito daquele município.

De acordo com o preceito constitucional é de competência do Sr. Governador a celebração de convênios, ad referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se os objetivos do convênio de que trata a Proposição nº 165/75, opinando-se pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

WALDENÍCIO BARBALHO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 75/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 166/75 que aprova o convênio celebrado entre o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN e o município de São Mateus do Sul, objetivando cumprir dispositivos do Código Nacional de Trânsito na área do referido município. Parecer favorável da C.C.J. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 75/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 14 de março de 1975, entre o Departamento Estadual de Trânsito, DETRAN e o Município de São Mateus do Sul, objetivando cumprir dispositivos do Código Nacional de Trânsito, na área do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

NILSO SGUAREZI — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 166/75

Acompanhado de Mensagem Governamental 44/75, de 04 de agosto de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, convênio celebrado em 14 de março de 1975, entre o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN e o município de São Mateus do Sul, objetivando cumprir dispositivos do Código Nacional de Trânsito, na área do referido município.

Cumpra o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público na aprovação da matéria, por isso mesmo nosso parecer é pela

aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

NILSO SGUAREZI — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 129/75, de autoria do Deputado Alfredo Gulin, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Professores da Escola Integrada Estadual América 2ª Unidade Componente Dr. Ermelino de Leão, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J., **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 129/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Professores da Escola Integrada Estadual América 2ª Unidade Componente, Dr. Ermelino de Leão.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1975.

a) ALFREDO GULIN

JUSTIFICAÇÃO:

É perfeitamente dispensável longas explanações para justificarmos a presente proposição, pois é de notoriedade pública, os relevantes serviços prestados por Associações congêneres, e esta, provamos por documentos anexos, exigidos para tal fim, que, os componentes desta Associação, trabalham por puro idealismo e gratuitamente, junto aos mestres para que haja maior entrosamento entre pais e professores, em benefício dos alunos de hoje, que serão os homens de amanhã.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 129/75

De autoria do nobre Deputado Alfredo Gulin, o presente Projeto de Lei visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Professores da Escola Integrada Estadual América, 2ª Unidade componente Dr. Ermelino de Leão.

Analisando-se a justificativa apresentada e as suas finalidades, estampadas nos Estatutos que acompanham o presente Projeto de Lei, temos que entidade a que se pretende declarar de Utilidade Pública, preenche os requisitos exigidos pela Legislação regulamentadora da matéria.

Assim sendo, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01 de outubro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Muggiati Filho, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados Nilso Sguarezi e Fidelcino Tolentino, para comporem a Comissão Especial que irá estudar a situação do IAM. — **Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões para anotar.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Salomão Farias de Souza, ocorrido em Manguairinha. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio constante do expediente, solicitando seja oficiado à Presidência da Federação Paranaense de Futebol, agradecendo em nome desta Casa e, particularmente, no dos Srs. Deputados, a co

municação daquela federação, onde torna livre o acesso dos membros desta Assembléia em praças de esportes do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao 1º Tenente da Polícia Militar, Jayme Correia de Lima, por invulgar ato de bravura na interceptação de cinco assaltantes de alta periculosidade. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Fazenda, encarrecendo providências junto às redes bancárias no sentido de que as mesmas se instruem competentemente no tocante aos processos para financiamento de adubos e corretivos para a agricultura, notadamente para cafeicultores, solicitando ainda, seja oficiado ao Sr. Diretor Regional do IBC — Curitiba, no sentido de que seja ampliado o quadro de técnicos da agência do município de Loanda. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo à Câmara Municipal de Curitiba, no sentido de que seja preservada a chamada "Semana Inglesa" dos empregados no comércio desta Capital. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando voto de louvor e congratulações, ao jornalista Júlio de Mesquita Neto, pela magnífica gestão frente à Associação Interamericana da Imprensa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, referente a situação do ensino no município de Assis Chateaubriand. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações e regozijo pela passagem do "Dia do Aviador". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente, solicitando apelo ao homem paranaense pela permanência do Patrimônio dos Recursos Naturais. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 147/75. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 24, sexta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

A Mesa comunica que a Prefeitura Municipal de Curitiba assinará, segunda-feira, às 11,00 horas, na sua sede, um convênio com o BNH, no valor de 120 milhões de cruzeiros, para saneamento e controle das cheias na cidade de Curitiba, e convida os Srs. Deputados para comparecerem a essa solenidade.

Levanta-se a sessão.
